

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	10
DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	11
Demonstração do Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	15
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	65

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião	68
---	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2012</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	109.168
Preferenciais	218.335
<b>Total</b>	<b>327.503</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Reunião do Conselho de Administração	08/05/2012	Juros sobre Capital Próprio	19/07/2012	Ordinária		0,18844
Reunião do Conselho de Administração	08/05/2012	Juros sobre Capital Próprio	19/07/2012	Preferencial	Preferencial Classe B	0,18844
Reunião do Conselho de Administração	08/05/2012	Juros sobre Capital Próprio	19/07/2012	Preferencial	Preferencial Classe A	1,82454
Assembleia Geral Ordinária	24/04/2012	Dividendo	26/06/2012	Ordinária		0,50097
Assembleia Geral Ordinária	24/04/2012	Dividendo	26/06/2012	Preferencial	Preferencial Classe B	0,50097
Assembleia Geral Ordinária	24/04/2012	Dividendo	30/09/2012	Ordinária		0,72140
Assembleia Geral Ordinária	24/04/2012	Dividendo	30/09/2012	Preferencial	Preferencial Classe B	0,72140
Reunião do Conselho de Administração	07/08/2012	Juros sobre Capital Próprio	31/10/2012	Ordinária		0,12507
Reunião do Conselho de Administração	07/08/2012	Juros sobre Capital Próprio	31/10/2012	Preferencial	Preferencial Classe B	0,12507

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
1	Ativo Total	16.874.524	17.300.019
1.01	Ativo Circulante	909.103	969.263
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	271	3.367
1.01.02	Aplicações Financeiras	390.466	431.745
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	390.466	431.745
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	390.466	431.745
1.01.03	Contas a Receber	369.418	377.903
1.01.03.01	Clientes	369.418	377.903
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores / RTE e CCEE	416.689	400.211
1.01.03.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-47.271	-22.308
1.01.04	Estoques	34.333	41.802
1.01.07	Despesas Antecipadas	31	1.963
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	114.584	112.483
1.01.08.03	Outros	114.584	112.483
1.01.08.03.01	Tributos e Contribuições Compensáveis	4.365	14.643
1.01.08.03.04	Outros	110.219	97.840
1.02	Ativo Não Circulante	15.965.421	16.330.756
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	625.189	481.578
1.02.01.03	Contas a Receber	7.363	19.539
1.02.01.03.01	Clientes	7.363	19.539
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	617.826	462.039
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	617.826	462.039
1.02.02	Investimentos	0	8.172
1.02.02.01	Participações Societárias	0	8.172
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	0	8.172
1.02.03	Imobilizado	15.340.232	15.841.006
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	15.340.232	15.841.006

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
2	Passivo Total	16.874.524	17.300.019
2.01	Passivo Circulante	1.422.805	1.599.558
2.01.02	Fornecedores	10.941	38.071
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	10.941	38.071
2.01.03	Obrigações Fiscais	94.403	109.196
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	94.403	109.196
2.01.03.01.02	Tributos e Contribuições Sociais	57.504	79.762
2.01.03.01.03	Tributos e Contribuições Sociais Parcelamentos - REFIS	36.899	29.434
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	670.237	425.906
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	670.237	425.906
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	597.375	258.872
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	72.862	167.034
2.01.05	Outras Obrigações	647.224	1.026.385
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	45.533	41.043
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	45.533	41.043
2.01.05.02	Outros	601.691	985.342
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	37.552	390.790
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares / Enc. Uso do Sist. Transmissão	89.690	90.243
2.01.05.02.06	Obrigações Estimadas e Folha de Pagamento	30.513	34.717
2.01.05.02.07	Obrigações Socioambientais	24.064	24.145
2.01.05.02.08	Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC	285.118	282.771
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	134.754	162.676
2.02	Passivo Não Circulante	5.003.999	5.582.334
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.802.187	2.223.375
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.802.187	2.223.375
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.087.092	1.073.989
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	715.095	1.149.386
2.02.02	Outras Obrigações	2.996.728	3.115.479
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	86.358	108.630
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	86.358	108.630
2.02.02.02	Outros	2.910.370	3.006.849
2.02.02.02.03	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	767.543	911.587
2.02.02.02.04	Entidade de Previdência a Empregados	0	5.547
2.02.02.02.05	Taxas Regulamentares / Enc. de Uso do Sist. Transmissão	2.125	2.125
2.02.02.02.06	Provisão para Riscos	1.911.790	1.819.826
2.02.02.02.07	Obrigações Socioambientais	201.817	220.931
2.02.02.02.08	Outras Obrigações	15.481	21.295
2.02.02.02.10	Tributos e Contribuições Sociais - Parcelamentos	11.614	25.538
2.02.03	Tributos Diferidos	205.084	243.480
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	205.084	243.480
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	205.084	243.480
2.03	Patrimônio Líquido	10.447.720	10.118.127
2.03.01	Capital Social Realizado	5.975.433	5.975.433
2.03.02	Reservas de Capital	1.929.098	1.929.098
2.03.04	Reservas de Lucros	465.443	465.443
2.03.04.01	Reserva Legal	48.217	48.217

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2012</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2011</b>
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	417.226	417.226
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	479.822	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.597.924	1.748.153

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	830.995	2.548.824	735.302	2.161.800
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-460.724	-1.338.289	-443.519	-1.301.627
3.02.01	Pessoal	-53.646	-151.282	-62.753	-165.108
3.02.02	Entidade de Previdência Empregados - Contribuição ao Plano	-2.032	-6.363	-2.223	-6.174
3.02.03	Entidade de Previdência - Delib. CVM nº 371/2000	-10.492	-24.759	-10.402	-29.886
3.02.04	Material	-2.653	-8.058	-5.341	-12.817
3.02.05	Serviços de Terceiros	-27.417	-79.179	-29.334	-85.650
3.02.06	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-52.329	-159.675	-46.449	-141.269
3.02.07	Encargos de Uso do Sistema de Transmissão / Serviços do Sistema	-94.198	-278.100	-89.208	-248.517
3.02.08	Taxas do Setor Elétrico	-4.500	-13.135	-4.215	-12.669
3.02.09	Créditos do COFINS/PIS s/ Encargos do Uso da Rede e Energia Comprada	8.269	23.071	8.341	22.482
3.02.10	Depreciação	-194.027	-582.085	-194.037	-583.869
3.02.11	Provisão para Perda Estimada de Créditos	-13.712	-24.963	0	0
3.02.12	Provisões Operacionais	-10.688	-22.836	-5.051	-19.805
3.02.13	RTE Despacho 2517/2010 - ANEEL	0	0	39	-9.606
3.02.14	Outras Despesas	-3.299	-10.925	-2.886	-8.739
3.03	Resultado Bruto	370.271	1.210.535	291.783	860.173
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-21.085	-109.612	-76.365	-217.368
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-21.085	-109.612	-76.365	-217.368
3.04.05.01	Outras (Despesas) Receitas Líquidas	-21.085	-109.612	-76.365	-217.368
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	349.186	1.100.923	215.418	642.805
3.06	Resultado Financeiro	-124.857	-456.612	-332.238	-543.419
3.06.01	Receitas Financeiras	11.257	36.206	15.602	35.636
3.06.02	Despesas Financeiras	-136.114	-492.818	-347.840	-579.055
3.06.02.01	Encargos da Dívida / Outras	-89.889	-270.868	-81.387	-278.403
3.06.02.03	Variações Monetárias Líquidas	-45.608	-124.414	-49.575	-163.996
3.06.02.04	Variações Cambiais Líquidas	-617	-97.536	-216.878	-136.656
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	224.329	644.311	-116.820	99.386

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011</b>
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-74.758	-199.718	18.255	-64.395
3.08.01	Corrente	-72.725	-238.114	-58.313	-172.782
3.08.02	Diferido	-2.033	38.396	76.568	108.387
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	149.571	444.593	-98.565	34.991
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	149.571	444.593	-98.565	34.991
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				



**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	149.571	444.593	-98.565	34.991
4.03	Resultado Abrangente do Período	149.571	444.593	-98.565	34.991

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.011.877	1.021.933
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.814.925	1.449.177
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do IR e CS	644.311	99.386
6.01.01.02	Depreciação	583.254	586.680
6.01.01.03	Juros, Variações Monetárias e Cambiais	410.567	543.419
6.01.01.04	Entidade de Previdência a Empregados - CPC 33/IAS 19	24.759	29.886
6.01.01.05	Provisão para Riscos Legais	73.439	212.549
6.01.01.06	Provisão para Perda Estimada de Créditos	24.963	0
6.01.01.07	Provisão para Desvalorização de Investimento	3.172	0
6.01.01.08	Baixa de Investimentos	5.000	0
6.01.01.09	Ganho na Consolidação do REFIS	0	-19.956
6.01.01.10	Baixa de Ativo Imobilizado	14.928	0
6.01.01.11	Tributos e Contribuições Sociais - Parcelamento Ordinário	30.532	0
6.01.01.12	Outras	0	-2.787
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-342.108	-15.384
6.01.02.01	Valores a Receber	-16.478	18.353
6.01.02.02	Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	10.278	-8.295
6.01.02.03	Almoxarifado	7.469	7.898
6.01.02.04	Despesas pagas Antecipadamente	1.932	2.412
6.01.02.05	Cauções e Depósitos Vinculados	-151.334	160.414
6.01.02.06	Outros Créditos	-203	14.457
6.01.02.07	Fornecedores	-27.130	-21.725
6.01.02.08	Outros Tributos e Contribuições Sociais	-49.591	-3.938
6.01.02.09	Pagamentos a Entidade Previdência Privada	-30.306	-29.886
6.01.02.10	Taxas Regulamentares / Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	-553	-15.436
6.01.02.11	Pagamentos de Riscos Legais	-23.554	-24.263
6.01.02.12	Parcelamento de Ações de Desapropriações - Cindidas	-34.377	-77.844
6.01.02.13	Obrigações Socioambientais	-20.853	-19.941
6.01.02.14	Obrigações Estimadas e Folha de Pagamento	-4.204	-4.269
6.01.02.15	Outros Passivos	-3.204	-13.321
6.01.03	Outros	-460.940	-411.860
6.01.03.01	Juros Pagos referentes Empréstimos e Financiamentos	-203.645	-213.876
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	-257.295	-197.984
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-55.329	-114.433
6.02.01	Imobilizado	-55.329	-114.433
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.000.923	-678.704
6.03.01	Empréstimos, Financiamentos Captados	3.874	169.793
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos - Principal	-546.082	-662.013
6.03.03	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	-458.715	-186.484
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-44.375	228.796
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	435.112	170.760
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	390.737	399.556

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	5.975.433	1.929.098	465.443	0	1.748.153	10.118.127
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.975.433	1.929.098	465.443	0	1.748.153	10.118.127
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-115.000	0	-115.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-115.000	0	-115.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	594.822	-150.229	444.593
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	444.593	0	444.593
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	150.229	-150.229	0
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	150.229	-150.229	0
5.07	Saldos Finais	5.975.433	1.929.098	465.443	479.822	1.597.924	10.447.720

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	5.975.433	1.929.098	622.747	0	1.947.673	10.474.951
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.975.433	1.929.098	622.747	0	1.947.673	10.474.951
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-75.000	0	-75.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-75.000	0	-75.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	109.435	75.000	-149.444	34.991
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	34.991	0	0
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	109.435	40.009	-149.444	0
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	149.444	-149.444	0
5.05.02.06	Transferência para Reserva de Lucro	0	0	109.435	-109.435	0	0
5.07	Saldos Finais	5.975.433	1.929.098	732.182	0	1.798.229	10.434.942

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/09/2012</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/09/2011</b>
7.01	Receitas	2.857.769	2.470.923
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.882.732	2.470.923
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-24.963	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-371.355	-351.100
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-87.237	-98.467
7.02.04	Outros	-284.118	-252.633
7.02.04.01	Encargos de Uso do Sistema de Transmissão / Serviços do Sistema	-278.100	-248.517
7.02.04.03	Outras Despesas	-6.018	-4.116
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.486.414	2.119.823
7.04	Retenções	-583.254	-586.680
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-583.254	-586.680
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.903.160	1.533.143
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-178.972	-266.487
7.06.02	Receitas Financeiras	36.206	35.636
7.06.03	Outros	-215.178	-302.123
7.06.03.01	Variações Cambiais Líquidas	-97.536	-136.656
7.06.03.02	Entidade de Previdência - Deliberação CVM nº 371/2000	-24.759	-29.886
7.06.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	38.396	108.387
7.06.03.04	Provisões Operacionais	-22.836	-19.805
7.06.03.05	RTE Despacho 2517/2010 - ANEEL	0	-9.606
7.06.03.06	Outras Despesas / (Receitas) Líquidas (Nota 25.2)	-108.443	-214.557
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.724.188	1.266.656
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.724.188	1.266.656
7.08.01	Pessoal	119.094	128.293
7.08.01.01	Remuneração Direta	112.731	122.119
7.08.01.04	Outros	6.363	6.174
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	500.673	416.277
7.08.02.01	Federais	500.603	416.191
7.08.02.03	Municipais	70	86
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	659.828	687.095
7.08.03.01	Juros	270.868	278.403
7.08.03.02	Aluguéis	4.907	4.623
7.08.03.03	Outras	384.053	404.069
7.08.03.03.01	Variações Monetárias	124.414	163.996
7.08.03.03.02	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	159.675	141.269
7.08.03.03.03	Reserva Global de Reversão - RGR	61.409	64.270
7.08.03.03.04	Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	25.420	21.865
7.08.03.03.05	Taxa de Fiscalização - ANEEL / Outros Encargos	13.135	12.669
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	444.593	34.991
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	444.593	34.991

## Comentário do Desempenho

### DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO – 3º Trimestre de 2012

As receitas operacionais no terceiro trimestre de 2012 alcançaram R\$ 943,4 milhões, com crescimento de 12,2% em relação ao mesmo período de 2011, resultado obtido, principalmente, pelo aumento nas quantidades e nos preços na venda de energia no ambiente de contratação livre (consumidores livres e agentes comercializadores e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CEE), que alcançaram R\$ 395 milhões e pela atualização dos preços de venda de energia no ambiente de contratação regulada, que registrou R\$ 547,7 milhões (Notas 24.3 e 24.4).

Os custos e despesas operacionais ficaram em R\$ 460,7 milhões, refletindo um aumento de 3,9% em relação ao terceiro trimestre do ano anterior, com aumento em encargos de uso do sistema de transmissão, compensação financeira pela utilização de recursos hídricos e provisão para perda estimada de créditos, em contraposição com a redução nas rubricas pessoal, material e serviço de terceiros.

Em decorrência das receitas e despesas operacionais verificadas no trimestre, o Resultado Bruto (Resultado do Serviço) aumentou 26,9% e atingiu R\$ 370,3 milhões e o EBITDA ajustado ficou em R\$ 585,5 milhões.

As Outras (Despesas) Receitas Líquidas foram influenciadas, principalmente, pela reversão de provisões e totalizaram R\$ 21,1 milhões (Nota 25.2).

O Resultado Financeiro (Nota 26) alcançou R\$ 124,9 milhões negativo. As Receitas Financeiras, de R\$ 11,3 milhões, refletem os rendimentos de aplicações financeiras e atualização de quotas subordinadas FIDC. Os Encargos de Dívidas e Outras Despesas Financeiras registraram um aumento de 10,4% e totalizaram R\$ 89,9 milhões.

As Variações Monetárias líquidas tiveram uma redução de 8%, e encerraram o período em R\$ 45,6 milhões. As Variações Cambiais líquidas alcançaram R\$ 0,6 milhão negativo. No mesmo trimestre de 2011, as variações cambiais líquidas foram de R\$ 216,9 milhões negativos, em decorrência da desvalorização do Real perante o Dólar americano.

O Lucro antes dos Impostos registrou R\$ 224,3 milhões. Após a apropriação da despesa com Imposto de Renda, a Contribuição Social sobre o Lucro fiscal tributável e pela reversão de impostos diferidos (passivo), a Companhia encerrou o terceiro trimestre de 2012 com Lucro Líquido de R\$ 149,6 milhões.

**Comentário do Desempenho****INDICADORES**

	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
<b>1. Endividamento do Ativo</b>		
Passivo Circulante e Não Circulante		
----- =	0,38	0,45
Ativo Total		
<b>2. Liquidez Corrente</b>		
Ativo Circulante		
----- =	0,64	0,61
Passivo Circulante		
<b>3. Valor Patrimonial da Ação - R\$ .....</b>	= 31,90	30,89
	<b>Trimestres findos em Setembro</b>	
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>4. Preço Médio Geral - R\$ por MWh (*)</b>		
Receita de Suprimento e Fornecimento		
----- =	105,44	96,43
Energia Vendida (MWh)		
<b>5. Margem Operacional - %</b>		
Resultado do Serviço		
----- =	44,56	39,68
Receita Operacional Líquida		
<b>6. Taxa de Retorno do Imobilizado - %</b>		
Resultado do Serviço		
----- =	2,48	1,85
Ativo Imobilizado Líquido em Serviço		
<b>7. Quadro de Empregados - nº (**)</b>	= 1.242	1.341
<b>8. Aplicação em Imobilizado - R\$ mil</b>	= 24.648	30.061

(\*) Exclui Energia de Curto Prazo - CCEE

(\*\*) Não revisado pelos auditores independentes.

## Notas Explicativas

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PARA O TRIMESTRE FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2012

#### 1 CONTEXTO OPERACIONAL

(Dados relacionados à potência e volumes de energia não foram auditados pelos auditores independentes)

##### 1.1 Contexto Operacional

A CESP – Companhia Energética de São Paulo ("CESP" ou "Companhia") é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo e tem como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de geração e comercialização de energia elétrica. Mantém outras atividades operacionais, de caráter complementar, tais como florestamento, reflorestamento e piscicultura, como meio de proteger os ambientes modificados pela construção de seus reservatórios e instalações.

As ações da Companhia são negociadas principalmente na BM&FBOVESPA S.A., desde 28 de julho de 2006, passaram a ser negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa, também da Bovespa. Como consequência, a Administração da Companhia vem continuamente aperfeiçoando a prestação de informações ao mercado.

A CESP possui um parque gerador instalado de 7.456 MW (Nota 12.2), totalmente de origem hidráulica, correspondente a 8% da potência hidráulica instalada no país, composto pelas usinas de Ilha Solteira, Três Irmãos, Jupia, Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), Jaguari e Paraibuna.

Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a CESP tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME, e opera suas usinas de forma integrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico/ONS, estando autorizada a comercializar 3.916 MW médios durante o ano, o que equivale a aproximadamente 34.304 GWh, ou seja, cerca de 7,2% da garantia física do país, de origem hidráulica.

Produção em MWh								
Usinas	2012				2011			
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	Acumulado	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	Acumulado
Ilha Solteira	4.647.617	4.332.315	4.444.042	13.423.974	4.472.504	4.414.958	4.187.512	13.074.974
Três Irmãos	1.222.640	950.584	869.370	3.042.594	1.039.623	936.419	776.294	2.752.336
Jupia	2.551.569	2.325.702	2.500.937	7.378.208	2.047.590	2.236.268	2.380.085	6.663.943
Porto Primavera	2.787.271	2.713.392	2.671.882	8.172.545	2.594.354	2.576.858	2.588.127	7.759.339
Paraibuna	104.016	142.161	97.760	343.937	83.497	118.646	137.147	339.290
Jaguari	9.840	36.869	54.720	101.429	22.827	11.675	-	34.502
<b>Total</b>	<b>11.322.953</b>	<b>10.501.023</b>	<b>10.638.711</b>	<b>32.462.687</b>	<b>10.260.395</b>	<b>10.294.824</b>	<b>10.069.165</b>	<b>30.624.384</b>

Da receita operacional bruta da Companhia do período findo em 30 de setembro de 2012, 69% (74% em 2011) foram provenientes de suprimento de energia elétrica a Revendedores (contratos de venda de energia/agentes comercializadores e clientes contratados em leilões de energia) e 25% (23% em 2011) provenientes do fornecimento de energia a consumidores livres, sendo os restantes 6% (3% em 2011) decorrentes de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e outras receitas (Nota 24.2).

##### 1.2 Comercialização de Energia (Leilões de Energia) – Não revisada pelos auditores independentes

A CESP participou de leilões para o suprimento de energia elétrica às concessionárias de distribuição atuantes no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo cinco leilões de compra de energia provenientes de empreendimentos de geração existentes e dois leilões de compra de energia provenientes de novos empreendimentos.



## Notas Explicativas

A CESP vendeu, através de leilões, 2.288 MW médios de energia existente e 230 MW médios de energia nova, distribuídos em agrupamentos de contratos, conforme segue:

<b>LEILÃO DE EM PREENDIMENTOS EXISTENTES</b>	<b>Período de Suprimento</b>	<b>Energia Vendida pela CESP (M Wm)</b>	<b>Preço CESP (R\$)</b>	<b>Base</b>	<b>Preço Médio Ponderado dos Participantes</b>
Produto 2005	2005 a 2012	800,0	62,10	jan/05	57,51
Produto 2006	2006 a 2013	1.178,0	68,37	jan/05	67,33
Produto 2007	2007 a 2014	20,0	77,70	jan/05	75,46
Produto 2008	2008 a 2015	170,0	83,50	mai/05	83,13
Produto 2009	2009 a 2016	120,0	93,40	nov/05	94,91
		<b>2.288,0</b>			

<b>LEILÃO DE NOVOS EM PREENDIMENTOS</b>	<b>Período de Suprimento</b>	<b>Energia Vendida pela CESP (M Wm)</b>	<b>Preço CESP (R\$)</b>	<b>Base</b>	<b>Preço Médio Ponderado dos Participantes</b>
Produto 2009 Hidro	2009 a 2038	82,0	124,97	jul/06	124,83
Produto 2010 Hidro	2010 a 2039	148,0	116,00	jan/06	114,83
		<b>230,0</b>			

Os preços obtidos nos leilões estão sendo atualizados pelo IPCA, na data de reajuste tarifário das distribuidoras com a ANEEL (Notas 24.1 e 24.2).

### 1.3 Renovação das Concessões

A Companhia detém concessões para exploração dos serviços de geração de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso a renovação de parte das concessões não seja deferida pelos órgãos reguladores ou mesmo ocorra mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (concessão onerosa e/ou obrigatoriedade de renegociação dos contratos de venda de energia para atendimento ao mercado regulado), os atuais níveis de rentabilidade e atividade da Companhia poderão ser alterados, o que pode afetar a recuperação do saldo do ativo imobilizado.

A concessão da UHE de Três Irmãos venceu em 18 de novembro de 2011 e a Companhia protocolou, em 27 de setembro de 2010, na ANEEL, em tempo hábil, requerimento para prorrogação.

### 1.4 Risco Hidrológico

Quatro das principais usinas hidrelétricas da CESP, que representam 99% da energia assegurada para venda, concentram-se na área de influência da bacia do rio Paraná, região noroeste do Estado de São Paulo. As usinas de Ilha Solteira e Três Irmãos operam com reservatórios de acumulação, enquanto os reservatórios de Jupia e Porto Primavera operam a fio d'água. A localização geográfica é considerada favorável, pois o rio Paraná é formado pela confluência de dois grandes rios, o Paranaíba, que desce da região centro-oeste do país, e o rio Grande, na divisa com o Estado de Minas Gerais. Além deles, o rio Tietê é afluente do rio Paraná, a montante (rio acima) da Usina de Jupia.

A Companhia construiu um canal – Canal de Pereira Barreto – com cerca de 9,6 km de comprimento, interligando os reservatórios das usinas de Três Irmãos e Ilha Solteira, o que permite sua operação integrada. As usinas da Companhia, na área de influência da bacia do rio Paraná, situam-se a jusante (rio abaixo) de outras usinas hidrelétricas existentes a montante, de modo que se beneficiam de estar praticamente no fim da cascata, tendo apenas a usina de Itaipu à jusante.

A região é tropical, de elevados índices de precipitação pluviométrica. Riscos de escassez de água por condições pluviométricas são cíclicos, de ocorrência eventual. Em situações críticas, o Poder Concedente atuará objetivando o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes. Situações hidrológicas desfavoráveis, usualmente de curta duração, são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, um instrumento financeiro de compartilhamento de risco hidrológico de que o Setor Elétrico Brasileiro dispõe e que permite ao ONS buscar a otimização dos recursos hidrelétricos através do despacho por usina, de modo que insuficiências temporárias de cada agente gerador do sistema são cobertas por geração adicional de outros geradores, a uma Tarifa de Otimização – TEO de R\$ 9,58 por MWh (Resolução Homologatória ANEEL nº 1246, de 13 de dezembro de 2011, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012). Durante 2011 vigorou a TEO de R\$ 8,99 por MWh (Resolução Homologatória ANEEL nº 1098, de 14 de dezembro de 2010).

## Notas Explicativas

### 2 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais da CESP foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações Técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. A Companhia adotou todos os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que são efetivos para o período findo em 30 de setembro de 2012. As principais práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente nos exercícios apresentados.

#### 2.1 Base de Elaboração

As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A CVM, entre 2009 e 2011, aprovou diversos pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações técnicas emitidas pelo CPC, que alteraram determinadas práticas contábeis anteriormente adotadas no Brasil. As informações trimestrais relativas ao período findo em 30 de setembro de 2012 e 2011 contemplam a adoção desses normativos.

#### 2.2 Moeda Funcional e Conversão de Saldos e Transações em Moeda Estrangeira

Os itens incluídos nas informações trimestrais são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que a empresa atua. As informações trimestrais são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas em que as transações foram realizadas.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado.

### 3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue.

#### 3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com vencimento original inferior a 90 dias. Essas aplicações estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, com liquidez imediata e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

#### 3.2 Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros “mensurados ao valor justo por meio do resultado”, investimentos “mantidos até o vencimento”, ativos financeiros “disponíveis para venda”. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Em 30 de setembro de 2012, a CESP possuía instrumentos financeiros classificados nas categorias de “ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado”, “empréstimos e recebíveis”.

## Notas Explicativas

### 3.2.1 Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em mercado ativo. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

A Companhia tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- a. Consumidores e revendedores (nota 6)
- b. Valores a receber (nota 6)
- c. Outros créditos (nota 9)

As contas a receber de consumidores e revendedores incluem os valores de fornecimento e suprimento de energia elétrica, registrados conforme os contratos de energia que estabelecem quantidades, preços e forma de reajustes.

### 3.2.2 Mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros os (i) mantidos para negociação no curto prazo; (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou; (iii) derivativos. Estes ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Os ativos financeiros que a Companhia tem classificados nesta categoria são:

- a. Cauções e depósitos vinculados (nota 10)
- b. Quotas subordinadas – FIDC (nota 10)

### 3.2.3 Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os valores pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

### 3.2.4 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte;
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros e principal;
- Probabilidade de o devedor ter sua falência declarada.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

A Provisão para Perda Estimada de Créditos é constituída, se necessário, com base na avaliação individual da estimativa de perda, sendo considerada suficiente para cobrir prováveis perdas na realização dos créditos a receber.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecido, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado, se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

## 3.3 Almoxarifado

## Notas Explicativas

Os materiais em estoque nos almoxarifados, classificados no ativo circulante (quando para manutenção), estão registrados ao custo médio ponderado de aquisição, deduzidos de provisão para redução ao valor de mercado, quando aplicável.

### 3.4 Investimentos

Os investimentos estão registrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para redução ao valor de mercado, quando requerido ou aplicável.

### 3.5 Imobilizado

A Companhia adotou o valor justo para determinar o custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição das demonstrações contábeis para IFRS (01/01/2009). O CPC 37/IFRS 1 denomina custo atribuído como o montante utilizado como substituto para o custo (ou o custo depreciado ou amortizado) em determinada data. Assim, alguns itens do ativo imobilizado, que estavam com valor contábil inferior e/ou superior ao seu valor justo, tiveram seus custos contábeis substituídos pelos valores atribuídos para que a posição patrimonial e financeira da Companhia fosse expressa com maior fidedignidade. A contrapartida dessa mais valia foi registrada na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no Patrimônio líquido.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros, durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso.

Quando componentes significativos do ativo imobilizado são substituídos, esses componentes são reconhecidos como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os valores residuais e a vida útil econômica dos ativos são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil, ajustados por eventuais provisões para *impairment*, e são reconhecidos em "Ganhos na Alienação de Bens e Direitos" na demonstração do resultado.

### 3.6 Redução ao valor de recuperação de ativos (*impairment*)

Os bens do ativo imobilizado são avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

A metodologia de cálculo é como segue:

- Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para cada usina ou complexo considerado como o menor nível de unidade geradora de caixa. Esse fluxo abrange o período remanescente da concessão, sem incluir eventual período de prorrogação ou renovação;
- Fluxo de caixa futuro do valor da indenização ao final da concessão, descontado a valor presente. A Administração adotou como premissa que o valor de indenização mínimo a ser recebido da União Federal, no processo de reversão dos bens, será o valor residual dos bens apurado pelo custo atribuído, e depreciados até a data do vencimento da concessão.

### 3.7 Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, quando a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A CESP baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

## Notas Explicativas

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são:

- a. Empréstimos e financiamentos (nota 12)
- b. Encargos de dívidas (nota 12)
- c. FIDC's (nota 13)
- d. Valores a pagar (nota 14)

### 3.8 Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

Programa de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, para o qual as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esse programa, conforme Lei nº. 9.991/00 e Regulamentações ANEEL nº. 300/08 e 316/08. Este percentual é recolhido na proporção de 40% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e 20% para Empresa de Pesquisa Energética – EPE e Ministério de Minas e Energia. O remanescente (40%) é destinado a projetos/programas de P&D da Companhia.

### 3.9 Provisão para riscos legais

O CPC 25/IAS 37 define provisão como passivo de prazo ou valor incerto e passivo contingente como uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Os riscos, nas suas diferentes naturezas jurídicas, foram avaliados e classificados com base na opinião da Administração da Companhia e de seus advogados internos e externos, segundo a probabilidade de risco econômico-financeiro para a Companhia e provisionados os que apresentaram expectativa de perda provável, no montante correspondente aos processos existentes nas datas das demonstrações contábeis. Os que tiveram expectativa de perda possível ou remota são divulgados em nota explicativa.

### 3.10 Provisões para custos socioambientais

As obrigações socioambientais são registradas à medida que a Companhia assume obrigações formais com reguladores ou tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e para os quais uma estimativa dos montantes destes desembolsos possa ser estimada. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado em curso. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são registrados diretamente no resultado do exercício.

### 3.11 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados pela Companhia, observando-se as disposições aplicáveis quanto à inclusão de despesas não dedutíveis, receitas não tributáveis, consideração de diferenças intertemporais e existência de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado do exercício, exceto se relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nestes casos o efeito fiscal também é reconhecido diretamente no patrimônio líquido. A Companhia tem a opção de distribuir juros sobre o capital próprio, calculados com base na taxa de juros de longo prazo. Tais juros podem ser considerados como parte dos

## Notas Explicativas

dividendos obrigatórios quando distribuídos. O efeito fiscal dos juros sobre o capital próprio é registrado como despesa de imposto de renda no resultado do exercício, quando declarado.

O imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a taxa nominal vigente na data do balanço patrimonial, e qualquer ajuste de imposto a pagar relacionado a exercícios anteriores.

O imposto de renda e contribuição social diferido ("imposto diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, considerando uma projeção para 10 anos.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado ou diretamente no patrimônio líquido.

### 3.12 Planos de benefícios pós-aposentadoria

A Companhia patrocina planos de aposentadoria e assistência médica aos seus empregados, administrados pela Fundação CESP.

A Companhia patrocina planos de benefícios aos seus empregados, na modalidade de plano de benefício definido (BD) e, também, de contribuição definida (CD). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas à Fundação CESP, não tendo obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados, os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, tais como idade, tempo de contribuição e remuneração.

Os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano BD (contribuições, custos, passivos e ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados conforme previsto no CPC 33/ IAS 19.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido do valor justo dos ativos do plano, com os ajustes dos custos de serviços passados não reconhecidos.

A adoção do método crédito unitário projetado, agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final. São utilizadas outras premissas atuariais que levam em consideração tabelas biométricas e econômicas além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação CESP.

A partir de 2005, os ganhos e perdas atuariais passaram a ser registrados diretamente no resultado do exercício.

### 3.13 Reconhecimento da receita

O Processo de Comercialização de Energia Elétrica ocorre de acordo com parâmetros estabelecidos pela Lei nº. 10.848/04, pelos Decretos nºs 5.163/04 e 5.177/04 (o qual instituiu a CCEE), e pela Resolução Normativa ANEEL nº. 109/04, que instituiu a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

As relações comerciais entre os Agentes participantes da CCEE são regidas predominantemente por contratos de compra e venda de energia de médio e longo prazo, e todos os contratos celebrados entre os Agentes no âmbito do Sistema Interligado Nacional devem ser registrados na CCEE.

## Notas Explicativas

A Companhia opera nos seguintes segmentos de energia elétrica:

### 3.13.1 Fornecimento de energia

Venda de energia a preço e condições livremente negociados a consumidores livres – grandes consumidores finais que optaram em não adquirirem energia dos distribuidores locais.

### 3.13.2 Suprimento de energia – leilão

Nesse segmento a Companhia vende sua energia às concessionárias de Distribuição, mediante leilões organizados pelo Poder Concedente em contratos de médio e longo prazo.

### 3.13.3 Suprimento de energia – contratos

Refere-se à venda direta de energia a empresas comercializadoras em contratos livremente negociados e também inclui contratos celebrados com as concessionárias de distribuição com mercado próprio inferior a 500 GWh/ano, por opção destas, no ambiente regulado.

### 3.13.4 Energia de curto prazo

A CCEE contabiliza as diferenças entre o que foi produzido, consumido e contratado. As diferenças positivas ou negativas são liquidadas e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

Integram o Mercado de Curto Prazo as quantidades processadas no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia, mecanismo de compartilhamento dos riscos hidrológicos associados à otimização eletroenergética do Sistema Interligado Nacional/SIN, de modo que a energia que um agente integrante do MRE deixa de produzir é realizada por outro agente e os volumes são remunerados pela tarifa de otimização de energia suficiente para cobrir os custos variáveis.

## 3.14 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas suas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base no estatuto social da CESP. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio está reconhecido na demonstração de resultado.

## 3.15 Apuração do resultado

As despesas são reconhecidas na demonstração do resultado quando surge um decréscimo, que possa ser determinado em bases confiáveis, nos futuros benefícios econômicos provenientes da diminuição de um ativo ou do aumento de um passivo.

## 3.16 Outros ativos e passivos

Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, descontados a valor presente e acrescidos, quando aplicável, das variações monetárias e cambiais.

## 3.17 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33.

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

## Notas Explicativas

O estatuto da Companhia atribui direitos distintos às ações preferenciais Classe A e B e às ordinárias sobre os dividendos. Conseqüentemente, o lucro básico e o lucro diluído por ações são calculados pelo método de “duas classes”. O método de “duas classes” é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial classe A e B e ordinária de acordo com os dividendos e os direitos de participação sobre lucros não distribuídos.

### 3.18 Informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas a incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira individualizada disponível. O principal tomador de decisão é o diretor-presidente, sendo que a Companhia tem a política de submeter determinados assuntos a decisões colegiadas.

Os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte que é de geração e comercialização de energia.

### 3.19 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela CESP, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais, pois, de acordo com as IFRS, não é uma demonstração prevista nem obrigatória.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

### 3.20 Principais julgamentos contábeis e fontes de incerteza nas estimativas

A preparação das demonstrações contábeis requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço são como segue:

#### Imposto de renda

É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. O reconhecimento de imposto de renda diferido ativo requer avaliar se é provável a existência de resultados tributáveis futuros suficientes para realizar tal imposto de renda diferido ativo. A avaliação requer considerar o histórico de resultados tributáveis, expectativas de resultados tributáveis futuros assim como do momento de reversão de diferenças temporárias. Caso a CESP não consiga gerar resultados tributáveis futuros ou se ocorrer uma mudança significativa na estrutura tributária ou no período em que as diferenças temporárias serão utilizadas é possível que a avaliação de probabilidade mude podendo requerer a baixa, de parte ou todo, do imposto de renda diferido ativo.

#### Provisão para riscos legais

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Esta avaliação é suportada pelo julgamento da Administração juntamente com seus assessores jurídicos considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.



## Notas Explicativas

### Vida útil do ativo imobilizado

As vidas úteis dos bens integrantes do saldo do ativo imobilizado são estabelecidas e revisadas periodicamente pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados a infraestrutura da concessão. A Administração revisa as vidas úteis econômicas dos bens anualmente, no final de cada exercício, para convalidar que essas vidas úteis continuam consistentes para utilização nesse negócio.

### Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de vida longa, especialmente ativo imobilizado. Na data do encerramento do exercício social, a CESP realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim da sua vida útil, ou da concessão.

Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo de livro desse ativo, quando aplicável.

O processo de revisão da recuperação de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises.

### Provisão para perda estimada de créditos

A Administração monitora individualmente os seus recebíveis e registra provisão para perda estimada de créditos para as perdas consideradas prováveis.

### Plano de aposentadoria e benefícios pós-emprego

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas: (i) o custo das obrigações com benefícios pós-emprego é determinado atuarialmente usando o método do crédito unitário projetado. A taxa de desconto usada para cálculo da obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros na data do balanço, sobre investimentos de renda fixa de alta qualidade, com vencimentos que coincidem com os vencimentos esperados das obrigações; e (ii) os ativos do plano de pensão são avaliados ao valor justo (marcação a mercado).

Nos cálculos atuariais os consultores atuariais também utilizam fatores subjetivos, como taxas de mortalidade, previsão de crescimento salarial, de desligamentos e de rotatividade.

As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes. Entretanto, a Companhia e seus atuários utilizaram premissas consistentes com as análises internas e externas para definição das estimativas utilizadas.

### Transações envolvendo a compra e venda de energia no âmbito da CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa preparada pela Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

## Notas Explicativas

### 4 NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS REVISADAS, JÁ EMITIDAS E AINDA NÃO ADOTADAS

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas, mas não são obrigatórias para este exercício e não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia:

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros	Introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. Esclarece outras questões referentes ao IAS 39. A IFRS 9 retém, mas simplifica, o modelo de mensuração e estabelece duas categorias de mensuração principais para os ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros. A orientação incluída na IAS 39 sobre “impairment” dos ativos financeiros e contabilização de hedge continua a ser aplicada. Períodos anteriores não precisam ser rerepresentados se uma entidade adotar a norma para os períodos iniciados ou a iniciar antes de 1º de janeiro de 2012. A Companhia está avaliando os efeitos oriundos da aplicação da IFRS 9 e eventuais diferenças em relação ao IAS 39.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 10 – Demonstrações Contábeis Consolidadas	Substituiu a IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações contábeis consolidadas e a SIC 12. A IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação baseado em controle, independentemente da natureza do investimento. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. Essa interpretação não é aplicável à Companhia.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 11 – Contratos Compartilhados	Eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de “ativos com controle compartilhado”, mantendo apenas “operações com controle compartilhado” e “entidades com controle compartilhado”. Essa interpretação não é aplicável à Companhia.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 12 – Divulgações de Participações em Outras Entidades	Expande os requerimentos de divulgações qualitativas que devem ser realizadas pela entidade em relação às participações em controladas, em acordos em conjunto ou entidades não consolidadas, que incluem julgamentos e premissas significativas para determinar se suas participações exercem controle, influência significativa ou a classificação dos acordos em conjunto entre “joint operations” e “joint ventures”, bem como outras informações sobre a natureza e extensão de restrições significativas e riscos associados. Essa interpretação não é aplicável à Companhia.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 13 – Mensurações ao Valor Justo	Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo, orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento ou alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais. A administração acredita que essa norma não impactará relevantemente as demonstrações contábeis da Companhia.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IAS 27 – Demonstrações Separadas	Requerimentos da IAS 27 relacionados às demonstrações contábeis consolidadas são substituídos pela IFRS 10. Requerimentos para demonstrações contábeis separadas são mantidos. Essa interpretação não é aplicável à Companhia.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013

## Notas Explicativas

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IAS 12 – Tributos sobre o lucro	Imposto diferidos – recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40. As modificações à IAS 12 apresentam uma exceção aos princípios gerais da IAS 12 no sentido de que a mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos devem refletir os efeitos fiscais resultantes da maneira na qual a entidade espera recuperar o valor contábil de um ativo. Especificamente, de acordo com as modificações, espera-se que as propriedades para investimento mensuradas com base no modelo de valor justo de acordo com a IAS 40 Propriedade para Investimento sejam recuperadas através de venda para fins de mensuração dos impostos diferidos, a menos que a premissa seja invalidada em determinadas circunstâncias. A Administração da Companhia entende que essa alteração da norma não afetará as demonstrações contábeis da CESP.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2012
IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Controladas em Conjunto	Revisão da IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelos IFRSs 10, 11 e 12. Esclarece os conceitos de “Influência Significativa”, exemplos para aplicação do método de equivalência patrimonial e como realizar testes por “impairment” para coligadas e coligadas em conjunto. Essa interpretação não é aplicável à Companhia.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IAS 19 – Benefícios aos Empregados	Eliminação do enfoque do corredor (“corridor approach”), sendo os ganhos ou perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e ao resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações. Não se espera que haja impactos relevantes nas informações da Companhia.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IAS 1 – Apresentação das Demonstrações contábeis	As modificações à IAS 1 permitem apresentar o resultado e outro resultado abrangente e uma única demonstração ou em duas demonstrações separadas e consecutivas. No entanto, as modificações à IAS 1 exigem divulgações adicionais na seção de outro resultado abrangente de forma que os itens de outro resultado abrangente sejam agrupados em duas categorias: (a) itens que não serão reclassificados posteriormente no resultado e (b) itens que serão reclassificados posteriormente no resultado de acordo com determinadas condições. O imposto de renda sobre os itens de outro resultado abrangente será destinado da mesma forma. A administração acredita que essa norma não impactará relevantemente as demonstrações contábeis da Companhia.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRIC 20 – Custos de produção sobre Mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização, entre outros. Essa interpretação não é aplicável à Companhia.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas acima. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

## Notas Explicativas

### 5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras, resumidas no quadro abaixo, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB's, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte das instituições financeiras, de recomprá-lo e, do comprador, de revendê-lo no futuro e são remuneradas a 95% e 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, e ao Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM, fundo 95% lastreado em títulos do Tesouro Nacional e 5% em Letra Financeira do Tesouro Estadual, remuneradas a 95% e 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

	Tipo de Aplicação	30.09.2012	31.12.2011
<b>Caixa</b>			
Depósitos bancários à vista.....		271	3.367
<b>Aplicações Financeiras</b>			
Banco do Brasil S.A. - SIAFEM..	Fundo	380.496	423.683
Banco Bradesco S.A. ....	CDB / CDI	5	621
Outras instituições.....	CDB / CDI	9.965	7.441
		390.466	431.745
		<b>390.737</b>	<b>435.112</b>

### 6 VALORES A RECEBER

O quadro a seguir, resume os valores a receber de acordo com a classe de receita, sendo que a descrição de cada classe é apresentada nos subtópicos seguintes:

	30.09.2012		31.12.2011	
	Vincendos	Vencidos há mais de 90 dias (Nota 7)	Total	Total
<b>Consumidores</b>				
Industrial.....	58.645	4.172	62.817	59.505
Comercial.....	-	-	-	268
Serviços públicos.....	19.685	-	19.685	20.479
	78.330	4.172	82.502	80.252
<b>Revendedores</b>				
Contratos de compra de energia.....	8.443	-	8.443	7.702
Agentes comercializadores.....	34.845	-	34.845	26.426
Leilões de energia.....	233.657	9.748	243.405	238.568
	276.945	9.748	286.693	272.696
<b>Energia Livre / CCEE</b>				
Energia Livre (RTE).....	-	13.712	13.712	14.160
CCEE.....	29.958	3.824	33.782	33.103
	29.958	17.536	47.494	47.263
<b>Total.....</b>	<b>385.233</b>	<b>31.456</b>	<b>416.689</b>	<b>400.211</b>

## Notas Explicativas

### 6.1 Consumidores e Revendedores

A Companhia possui certo grau de concentração em sua carteira de clientes. Em 30 de setembro de 2012, a concentração dos dez principais clientes é de 40% do total da carteira (42% em 31.12.2011).

Maiores Clientes Concessionárias Acumulado até 30.09.2012		Maiores Clientes Grandes Consumidores Acumulado até 30.09.2012	
Empresa	R\$ MIL	Empresa	R\$ MIL
ELETROPAULO	139.456	CBA	234.642
CEMIG	127.004	ANGLO	112.699
COPEL DISTR.	101.980	SABESP	85.396
LIGHT	98.278	CARBOCLORO	75.613
CELESC	91.980	METRÔ	46.615
COELBA	86.479	CPTM	31.963
CPFL COM	66.020	COTEMINAS	19.691
ELEKTRO	64.177	AJINOMOTO	18.060
CELPE	55.573	MERCEDES-BENZ	16.403
CELPA	55.398	ELFUSA	11.684
OUTROS			1.341.009
<b>TOTAL</b>			<b>2.880.120</b>

### 6.2 Energia Livre – RTE

Em 26 de agosto de 2010, a Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF da ANEEL emitiu o Despacho nº 2517, que fixou os montantes finais de repasse de Energia Livre a serem repassados entre Distribuidoras e Geradoras, signatárias do Acordo Geral do Setor Elétrico, cujo saldo, em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 13.712.

### 6.3 Energia de Curto Prazo – CCEE

Representa a variação apurada mensalmente, resultante do balanço processado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, entre compromissos assumidos pela Companhia com seu mercado e demais Agentes da CCEE “versus” o efetivo comportamento de cada integrante do sistema.

No período findo em 30 de setembro de 2012, a Companhia comercializou o montante de R\$ 330.889 (R\$ 99.099 em 30.09.2011) referente à energia não contratada (receita), disponível para venda no âmbito da CCEE (Nota 24.3).

## 7 PROVISÃO PARA PERDA ESTIMADA DE CRÉDITOS

A Companhia mantém registrada provisão para perda estimada de créditos, cuja movimentação e saldo tem a seguinte composição:

Devedor	31.12.2011	Adições	31.09.2012
Consumidores (a).....	(4.172)	-	(4.172)
Leilões de energia (b).....	-	(9.748)	(9.748)
Valores a Receber - CCEE (c).....	(3.824)	-	(3.824)
Energia Livre (RTE) (d).....	-	(13.712)	(13.712)
Outros Créditos (e).....	(14.312)	(1.503)	(15.815)
	<b>(22.308)</b>	<b>(24.963)</b>	<b>(47.271)</b>

- (a) Para cobertura de prováveis riscos na realização de saldos de consumidores;
- (b) Mediante declaração da Câmara de Comercialização de Energia – CCEE sobre o desligamento de um dos clientes da Companhia, por descumprimento de obrigação, a Companhia mantém registrada provisão para perda estimada de créditos no valor de R\$ 3.824;
- (c) Constituída em face de recuperação judicial da CELPA – Centrais Elétricas do Pará S.A.;
- (d) Relativo à Energia Livre – RTE;
- (e) Relacionados a outros recebíveis registrados como outros créditos (Nota 9a);

## Notas Explicativas

### 8 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
<b>Circulante</b>		
Imposto de renda <b>(a)</b> .....	1.599	9.290
Contribuição social <b>(b)</b> .....	629	1.538
COFINS a compensar .....	1.550	3.016
PIS a compensar.....	587	799
	<u>4.365</u>	<u>14.643</u>

- (a)** Saldo remanescente de créditos de imposto de renda decorrente de retenções na fonte, atualizados pela SELIC, e de recolhimento por estimativa, utilizáveis na compensação de tributos e contribuições sociais.
- (b)** Refere-se a saldo de contribuição social decorrente de recolhimento por estimativa, atualizados pela SELIC, utilizáveis na compensação de tributos e contribuições sociais.

### 9 OUTROS CRÉDITOS

	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
<b>Circulante</b>		
Créditos de alienação de bens e direitos.....	1.306	974
Créditos diversos <b>(a)</b> .....	23.950	17.698
FIDC - conta vinculada.....	19.465	26.530
Ordens de projetos - P & D.....	39.418	34.721
Créditos de diferença quotas de RGR - 2009 (Eletrobrás)...	349	349
DAEE - Cessão de créditos <b>(b)</b> .....	24.607	16.486
Outros.....	1.124	1.082
	<u>110.219</u>	<u>97.840</u>
<b>Não Circulante</b>		
Créditos de alienação de bens e direitos.....	2.069	3.066
Bens destinados a alienação.....	1.361	1.361
DAEE - Cessão de créditos <b>(b)</b> .....	2.734	15.112
Outros.....	1.199	-
	<u>7.363</u>	<u>19.539</u>
<b>Total</b> .....	<u>117.582</u>	<u>117.379</u>

- (a)** Saldo de créditos com diversas empresas e entidades com as quais a Companhia mantém operações. Para cobrir eventuais riscos na realização de alguns recebíveis, foram constituídas provisões para perda estimada de créditos no montante total de R\$ 15.815 (Nota 7).
- (b)** Contrato firmado em 30 de novembro de 2011, com o Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, para recebimento em 24 parcelas mensais, corrigidas pelo CDI acrescido de juros de 0,3% a.m., referente à cessão de créditos (repasse financeiro), com vencimento final em 30 de novembro de 2013.

## Notas Explicativas

### 10 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
<b>Não Circulante</b>		
<b>Depósitos Judiciais (a)</b>		
Ações cíveis.....	152.821	149.320
Ações trabalhistas - recursais .....	37.394	29.507
Ações tributárias.....	30.363	32.063
Ações ambientais (b) .....	305.715	165.469
	<u>526.293</u>	<u>376.359</u>
<b>Cauções</b>		
Depósitos vinculados - CCEE (c) .....	14.394	9.860
Quotas subordinadas - FIDC (d) .....	77.139	75.820
	<u>91.533</u>	<u>85.680</u>
<b>Total</b> .....	<u><b>617.826</b></u>	<u><b>462.039</b></u>

- (a) Do total de depósitos judiciais, está relacionado com provisões para riscos legais, em 30 de setembro de 2012, o montante de R\$ 519.942 (R\$ 346.460 em 31.12.2011; Nota 20);
- (b) O aumento verificado em depósitos ambientais decorre de penhoras judiciais em processos relacionados ao descumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC (Nota 20.4);
- (c) Crédito caucionado junto à CCEE, em conta mantida no Banco Bradesco S/A;
- (d) Crédito caucionado equivalente a quotas pertencentes à CESP, vinculadas ao Fundo de Investimento em Direito Creditório/FIDC (IV – 72 quotas), que só poderão ser resgatadas no vencimento da última parcela, concomitantemente com a liquidação do fundo, com vencimento para maio/2017. O saldo das quotas é ajustado mensalmente pelo valor da cotação de mercado.

### 11 IMOBILIZADO

O saldo do ativo imobilizado em serviço segregado por natureza de bens, com os comentários contidos nas Notas 11.1 a 11.4 tem a seguinte composição:

	Taxas Anuais Médias de Depreciação	<u>30.09.2012</u>		<u>30.12.2011</u>	
		<u>Custo Total</u>	<u>Depreciação Acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
<b>Em Serviço</b>					
Terrenos.....		1.080.472	-	1.080.472	1.059.395
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	2,0%	25.549.831	(15.868.665)	9.681.166	10.137.593
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....	1,8%	7.547.144	(5.640.397)	1.906.747	2.007.208
Máquinas e Equipamentos.....	1,5%	8.510.462	(6.274.163)	2.236.299	2.280.146
Veículos.....	11,3%	20.535	(19.323)	1.212	1.335
Móveis e Utensílios.....	6,8%	29.568	(19.576)	9.992	11.425
		<u>42.738.012</u>	<u>(27.822.124)</u>	<u>14.915.888</u>	<u>15.497.102</u>
<b>Em Curso</b>					
Terrenos.....		1.896	-	1.896	1.894
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....		102.172	-	102.172	58.731
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....		11.011	-	11.011	11.020
Máquinas e Equipamentos em Manutenção.....		139.040	-	139.040	90.497
Máquinas e Equipamentos em Montagem.....		85.631	-	85.631	79.787
Depósitos Judiciais.....		72.749	-	72.749	91.657
Outros.....		11.845	-	11.845	10.318
		<u>424.344</u>	<u>-</u>	<u>424.344</u>	<u>343.904</u>
<b>Total</b>		<u><b>43.162.356</b></u>	<u><b>(27.822.124)</b></u>	<u><b>15.340.232</b></u>	<u><b>15.841.006</b></u>

## Notas Explicativas

Em 7 de fevereiro de 2012, a ANEEL emitiu a Resolução Normativa nº. 474, que estabeleceu as novas taxas anuais de depreciação, para os ativos em serviço outorgado do setor elétrico, determinando que as concessionárias procedam ao cálculo e à contabilização das novas quotas periódicas de depreciação a partir de 1º de janeiro de 2012. As taxas anuais de depreciação adotadas no serviço público de energia, para os bens vinculados de geração, são de 2% a 6,67%. Até 2011, vigoraram as taxas anuais de depreciação de 2% a 7,1% (Resolução Normativa ANEEL nº 367 de 02 de junho de 2009).

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado está representada por:

	Saldo em 31.12.2011	Adições	Depreciação	Ativações	Reclassificação Baixas	Saldo em 30.09.2012
<b>Em Serviço</b>						
Terrenos.....	1.059.395	-	-	21.077	-	1.080.472
Reservatórios, Barragens e Aduadoras.....	10.137.593	-	(383.991)	-	(72.436)	9.681.166
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....	2.007.208	-	(100.416)	-	(45)	1.906.747
Máquinas e Equipamentos.....	2.280.146	-	(97.080)	25.085	28.148	2.236.299
Veículos.....	1.335	-	(182)	38	21	1.212
Móveis e Utensílios.....	11.425	-	(1.585)	153	(1)	9.992
	<u>15.497.102</u>	<u>-</u>	<u>(583.254)</u>	<u>46.353</u>	<u>(44.313)</u>	<u>14.915.888</u>
<b>Em Curso</b>						
Terrenos.....	1.894	7.357	-	(21.077)	13.722	1.896
Reservatórios, Barragens e Aduadoras.....	58.731	43.441	-	-	-	102.172
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....	11.020	34	-	-	(43)	11.011
Máquinas e Equipamentos em Manutenção.....	90.497	29.497	-	(16.366)	35.412	139.040
Máquinas e Equipamentos em Montagem.....	79.787	13.636	-	(7.792)	-	85.631
Depósitos Judiciais.....	91.657	798	-	-	(19.706)	72.749
Outros.....	10.318	2.645	-	(1.118)	-	11.845
	<u>343.904</u>	<u>97.408</u>	<u>-</u>	<u>(46.353)</u>	<u>29.385</u>	<u>424.344</u>
<b>Total</b>	<b><u>15.841.006</u></b>	<b><u>97.408</u></b>	<b><u>(583.254)</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>(14.928)</u></b>	<b><u>15.340.232</u></b>

	Saldo em 31.12.2010	Adições	Depreciação	Ativações	Reclassificação (Baixas)	Saldo em 30.09.2011
<b>Em Serviço</b>						
Terrenos.....	1.044.546	-	-	13.408	(3)	1.057.951
Reservatórios, Barragens e Aduadoras.....	10.651.905	-	(386.315)	-	-	10.265.590
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....	2.141.982	-	(101.049)	-	(45)	2.040.888
Máquinas e Equipamentos.....	2.373.612	-	(97.101)	18.854	(1.132)	2.294.233
Veículos.....	2.690	-	(960)	139	14	1.883
Móveis e Utensílios.....	12.579	-	(1.254)	549	(385)	11.489
	<u>16.227.314</u>	<u>-</u>	<u>(586.679)</u>	<u>32.950</u>	<u>(1.551)</u>	<u>15.672.034</u>
<b>Em Curso</b>						
Terrenos.....	480	14.821	-	(13.408)	-	1.893
Reservatórios, Barragens e Aduadoras.....	42.270	12.165	-	-	-	54.435
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....	9.381	1.639	-	-	-	11.020
Máquinas e Equipamentos em Manutenção..	69.184	29.730	-	(10.579)	-	88.335
Máquinas e Equipamentos em Montagem.....	55.050	25.695	-	(8.271)	1.096	73.570
Depósitos Judiciais.....	68.344	24.046	-	-	-	92.390
Outros.....	4.826	6.337	-	(692)	-	10.471
	<u>249.535</u>	<u>114.433</u>	<u>-</u>	<u>(32.950)</u>	<u>1.096</u>	<u>332.114</u>
<b>Total</b>	<b><u>16.476.849</u></b>	<b><u>114.433</u></b>	<b><u>(586.679)</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>(455)</u></b>	<b><u>16.004.148</u></b>

### 11.1 Imobilizado em Curso

O imobilizado em curso inclui, principalmente, gastos com modernização, repotenciação de máquinas e equipamentos relevantes para o parque gerador.

Inclui ainda saldos de depósitos judiciais no valor de R\$ 72.749 (R\$ 91.657 em 31.12.2011), iniciais e em garantia de ações de desapropriações, envolvendo principalmente a Usina de Porto Primavera e outras demandas de usinas da CESP.

Os custos retardatários excedentes ao valor recuperável dos ativos integrantes da Usina de Porto Primavera, a partir do exercício de 2009, deixaram de ser capitalizados e passaram a ser registrados diretamente no resultado (Nota 25.2).



## Notas Explicativas

### 11.2 Concessões de Energia Elétrica

As concessões de geração da CESP foram outorgadas por decretos relativos a cada usina à época do início dos estudos e obras de construção, e foram agrupadas em um contrato de concessão assinado em 12 de novembro de 2004, abrangendo todo o parque gerador da Companhia:

<b>Usina Hidrelétrica</b>	<b>Total de Máquinas em Operação</b>	<b>Potência Instalada MW (*)</b>	<b>Garantia Física (*) MW Médio (a)</b>	<b>Entrada em Operação (b)</b>	<b>Prazo de Concessão</b>
Ilha Solteira (c)	20	3.444	1.949	18.07.73	07.07.15
Jupia	14	1.551	886	14.04.69	07.07.15
Três Irmãos (d) (Nota 1.3)	5	808	-	28.11.93	18.11.11
Engenheiro Sérgio Motta	14	1.540	1.017	23.01.99	21.05.28
Jaguari	2	28	14	05.05.72	20.05.20
Paraibuna	2	85	50	20.04.78	09.03.21
		<b>7.456</b>	<b>3.916</b>	<b>(e)</b>	

- (a) É a energia disponível para comercialização nas usinas de um sistema interligado, apurada na barra da usina, na conexão com o Sistema Interligado Nacional (Nota 1.1).
- (b) Data de entrada em operação do primeiro Grupo Gerador.
- (c) A garantia física de Três Irmãos está incluída na de Ilha Solteira.
- (d) Localiza-se no rio Tietê, mas opera de forma integrada com a usina de Ilha Solteira, através do Canal de Pereira Barreto. A CESP solicitou a renovação da concessão por 20 anos e aguarda posicionamento da ANEEL.
- (e) Da garantia física da CESP devem ser deduzidos o consumo próprio das usinas e as perdas de transmissão até o centro de gravidade do sistema. Estas deduções variam a cada ano, mas podem ser estimadas em até 3%.
- (\*) Dados relacionados à potência e energia não auditados pelos auditores independentes.

### 11.3 Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação. Determina, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

### 11.4 Custo atribuído (*deemed cost*)

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 37 (IFRS 1) e ICPC 10, a Companhia optou pela adoção do custo atribuído para as usinas integrantes da infraestrutura de geração, ajustando os saldos de abertura na data de transição em 01/01/2009 pelos seus valores justos estimados por avaliadores independentes.

De acordo com o ICPC 10, em 01/01/2009, o efeito líquido de primeira adoção do custo atribuído para as usinas resultou em um aumento no ativo imobilizado de R\$ 3.553.278, em contrapartida da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos de R\$ 1.208.115 (34%) e na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido de R\$ 2.345.163. Os detalhes estão apresentados a seguir:

<b>Usina</b>	<b>01.01.2009</b>		
	<b>Custo atribuído limitado ao valor de recuperação</b>	<b>Valor contábil</b>	<b>Mais (menos) valia</b>
Porto Primavera	8.917.513	10.912.754	(1.995.241)
Ilha Solteira + Três Irmãos	7.780.060	3.326.400	4.453.660
Jupia	1.207.288	275.394	931.894
Paraibuna	141.296	20.905	120.391
Jaguari	45.618	3.044	42.574
<b>Total</b>	<b>18.091.775</b>	<b>14.538.497</b>	<b>3.553.278</b>
Impostos diferidos			(1.208.115)
<b>Efeito no patrimônio líquido</b>			<b>2.345.163</b>

## Notas Explicativas

### Movimentação:

	Imobilizado R\$	Impostos diferidos Passivo R\$	Patrimônio Líquido R\$
<b>Saldo inicial em 01/01/2009</b>	<b>3.553.278</b>	<b>(1.208.115)</b>	<b>2.345.163</b>
Realização no exercício.....	(300.574)	102.195	(198.379)
<b>Saldo em 31/12/2009</b>	<b>3.252.704</b>	<b>(1.105.920)</b>	<b>2.146.784</b>
Realização no exercício.....	(301.684)	102.573	(199.111)
<b>Saldo em 31/12/2010.....</b>	<b>2.951.020</b>	<b>(1.003.347)</b>	<b>1.947.673</b>
Realização no exercício.....	(302.303)	102.783	(199.520)
<b>Saldo inicial em 31.12.2011....</b>	<b>2.648.717</b>	<b>(900.564)</b>	<b>1.748.153</b>
Realização no período.....	(227.620)	77.391	(150.229)
<b>Saldo final em 30.09.2012</b>	<b>2.421.097</b>	<b>(823.173)</b>	<b>1.597.924</b>

### 11.5 Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

A Administração prepara anualmente estudos internos para avaliar a capacidade de recuperação do custo contábil do ativo imobilizado do parque gerador da Companhia em suas operações futuras, considerando os seguintes componentes e premissas:

- Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para cada usina considerada como o menor nível de unidade geradora de caixa. Esse fluxo abrangeu o período remanescente da concessão, sem incluir eventual período de prorrogação ou renovação;
- Fluxo de caixa futuro do valor da indenização ao final da concessão, descontado a valor presente. A Administração adotou como premissa, que o valor de indenização mínimo a ser recebido da União Federal, no processo de reversão dos bens, será o valor residual dos bens avaliado ao custo de reposição (custo atribuído) depreciado pelas taxas estabelecidas pelo Poder Concedente até a data do vencimento da concessão;
- Taxa de desconto compatível com o mercado (2009: 6,69%; 2010: 6,24%; 2011: 5,70% a.a. líquida de imposto de renda);
- As usinas de Ilha Solteira e Três Irmãos foram consideradas como uma única Unidade Geradora de Caixa, dado que operam de forma integrada (complexo integrado).

Na revisão dos valores do saldo do ativo imobilizado avaliado a valor justo (custo atribuído) em 31/12/2010, verificou-se a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável na Unidade Geradora de Caixa Jaguari.

	Jaguari
Valor de recuperação em 31.12.2010	38.726
Custo do imobilizado líquido em 31.12.2010	(43.585)
<b>Provisão para redução ao valor de recuperação</b>	<b>(4.859)</b>
<b><i>Impairment</i> Contabilizado em 31.12.2010</b>	<b><u>(4.859)</u></b>

As projeções de resultado revisadas pela Administração, em 31 de dezembro de 2011, não indicaram problema de recuperação dos bens integrantes do ativo imobilizado (unidades geradoras de caixa).

## Notas Explicativas

### 12 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

#### 12.1 Composição

	30.09.2012				31.12.2011			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	Encargos	Principal	Principal	Total	Encargos	Principal	Principal	Total
<b>Moeda Estrangeira</b>								
Instituições Financeiras (1) ..	4.223	56.185	56.185	116.593	2.429	80.968	77.852	161.249
BNDES (2) .....	6.451	80.151	657.626	744.228	2.087	66.872	657.570	726.529
Medium Term Notes (3) .....	3.309	446.732	-	450.041	14.315	-	412.676	426.991
Outras Instituições .....	104	220	1.284	1.608	46	317	1.288	1.651
	<u>14.087</u>	<u>583.288</u>	<u>715.095</u>	<u>1.312.470</u>	<u>18.877</u>	<u>148.157</u>	<u>1.149.386</u>	<u>1.316.420</u>
<b>Moeda Nacional</b>								
Instituições Financeiras (4) ..	956	48.631	47.982	97.569	18.084	196.558	77.990	292.632
Notas de Médio Prazo (5) .....	18.048	-	1.007.258	1.025.306	39.002	-	960.235	999.237
ELETROBRÁS (6) .....	12	5.215	31.852	37.079	13	5.215	35.764	40.992
	<u>19.016</u>	<u>53.846</u>	<u>1.087.092</u>	<u>1.159.954</u>	<u>57.099</u>	<u>201.773</u>	<u>1.073.989</u>	<u>1.332.861</u>
	<b><u>33.103</u></b>	<b><u>637.134</u></b>	<b><u>1.802.187</u></b>	<b><u>2.472.424</u></b>	<b><u>75.976</u></b>	<b><u>349.930</u></b>	<b><u>2.223.375</u></b>	<b><u>2.649.281</u></b>

#### 12.2 Informações sobre operações em Moeda Estrangeira

- (1) Devido diretamente ao Governo Federal, em dólares norte-americanos, e integra a reestruturação da dívida externa brasileira, concluída em 15 de abril de 1994, no contexto do Plano Brady, e o saldo de principal é composto como segue:

Tipo	Anos		Amortização	Taxa de Juros (%) a.a.	Principal		
	Vencido	Carência			30.09.2012	31.12.2011	
	(b)	(b)					
Bônus de Conversão da			17 parcelas				
Dívida (a) .....	18	10	semestrais	LIBOR semestral + 7/8	-	29.066	
Bônus de Capitalização (a) .....	20	10	21 parcelas	5º e 6º anos - 5,00			
			semestrais	7º ano - 8,00			
					<u>112.370</u>	<u>129.754</u>	
					<b><u>112.370</u></b>	<b><u>158.820</u></b>	

(a) Possuem garantia do Governo do Estado de São Paulo.

(b) A partir de 15 de abril de 1994.

- (2) O saldo de principal de R\$ 737.777 (R\$ 724.442 em 31.12.2011) refere-se a contrato firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, em 4 de setembro de 2002, cujo montante original é de US\$ 552.650 mil, com amortização do principal a partir de 15 de abril de 2005, em 88 parcelas bimestrais e corrigido pela UMBNDES, acrescido de “spread” básico de 1,91% a.a. e de descasamento de 0,95% a.a., com vencimento de juros a partir de 15 de abril de 2003. O referido contrato é garantido pela União e contra garantido pelo Governo do Estado. Trata-se de contrato de permuta, composto por dívidas repactuadas anteriormente no contexto do “Plano Brady”, referente a “Bônus ao Par” no valor de US\$ 325.516 mil e “Bônus de Desconto” no valor de US\$ 227.134 mil.
- (3) Série 7 (ISIN nº US12517GAE52): saldo de R\$ 446.732 (R\$ 412.676 em 31.12.2011) referente ao lançamento de notas de médio prazo, ocorrido em 11 de agosto de 2006, no valor de US\$220 milhões, através dos bancos Finantia e Standard Bank, com juros semestrais de 9,25% a.a. e vencimento único dos títulos em agosto de 2013. Estes recursos destinaram-se à quitação de obrigações financeiras no mercado interno e obrigações externas garantidas pelo Tesouro Nacional.

Estes títulos integram o Programa de Notas de Médio Prazo da Companhia, no valor original de US\$ 700 milhões em 2001, aditado para US\$ 800 milhões em maio de 2002, US\$ 975 milhões em agosto de 2006 e US\$ 1,4 bilhões em janeiro de 2007.

As notas de médio prazo possuem algumas cláusulas restritivas, limitando a possibilidade da Companhia dar em garantia os seus ativos, em parte ou no todo, para saldar dívidas com terceiros; impossibilitando-a de firmar contratos de arrendamento na forma de “Sale and Leaseback” e obrigando ao cumprimento de determinados índices econômico-financeiros. No caso de descumprimento de tais índices por três trimestres consecutivos, a Companhia deverá resgatar as notas em um prazo de 30 dias. A Companhia tem cumprido os índices exigidos que são calculados trimestralmente com base nas demonstrações contábeis em moeda de poder aquisitivo constante (correção integral).

## Notas Explicativas

### 12.3 Informações sobre operações em Moeda Nacional

- (4) Nesta rubrica estão registradas operações com instituições financeiras nacionais, sendo o valor de principal em aberto distribuído da seguinte forma:
- (a) Valor de principal composto por saldo de R\$ 72.946 (R\$ 104.755 em 31.12.2011), referente ao contrato com a União (BNDES/BIBS), com amortização mensal até março de 2014 e garantia do Governo do Estado, acrescido de juros de 8,38119% a.a., indexado de duas formas:
- Saldo de R\$ 57.478 (R\$ 83.717 em 31.12.2011), referente a parte dos direitos adquiridos do BNDES pela União, indexados pela TJLP com redutor de 6% a.a.
- Saldo de R\$ 15.468 (R\$ 21.038 em 31.12.2011), referente ao acordo denominado BIBS – *Brazil Investment Bond Exchange Agreement* – títulos emitidos pela República Federativa do Brasil em troca de obrigações financeiras garantidas pela União com os bancos comerciais estrangeiros, indexadas pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado / IGP-M.
- (b) Em 15 de janeiro de 2011, a Companhia efetuou o lançamento de 150 notas promissórias comerciais (*commercial papers*), no valor individual de R\$ 1.000, com juros remuneratórios equivalentes à variação acumulada de 106% da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de um dia, CDI *over* extra grupo, base 252 dias, com vencimento único em 26 de janeiro de 2012. As notas promissórias foram liquidadas no seu vencimento.
- (c) Em 1º de abril de 2011, a Companhia efetuou a contratação de FINAME junto ao ITAÚ/BBA para reparo de 4 máquinas para as unidades geradoras da UHE de Ilha Solteira, a ser liberado em 4 parcelas de R\$ 10.000 cada, corrigidas pela TJLP e acrescidas de juros trimestrais de 4,15% a.a., com vencimento em 3 parcelas no final em 48 meses (15.04.2015). O saldo do principal em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 23.667.
- (5) Em 22 de janeiro de 2007, a Companhia efetuou o lançamento de Notas de Médio Prazo no mercado internacional, títulos fixados em reais, corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, no valor de R\$ 750 milhões, com juros semestrais de 9,75% a.a., com vencimento único de principal em 15 de janeiro de 2015. O saldo de principal desta operação em 30 de setembro de 2012 é de R\$ 1.007.258 (R\$ 960.235 em 31.12.2011).
- (6) Saldo de principal de R\$ 37.067 (R\$ 40.979 em 31.12.2011), referente aos financiamentos com a ELETROBRÁS, como segue:
- (a) Saldo de R\$ 35.842 (R\$ 39.593 em 31.12.2011) refere-se ao principal de financiamentos para obras civis e montagem eletromecânica da Usina de Porto Primavera, com pagamento mensal remunerado à taxa de 5% a.a., vencíveis até 30 de novembro de 2019.
- (b) Saldo de R\$ 1.225 (R\$ 1.386 em 31.12.2011) refere-se ao principal de financiamentos para aquisição de materiais e equipamentos, formalizados através de Instrumento de Reconhecimento de Débito/IRD, com pagamento trimestral remunerado à taxa fixa de 8% a.a., vencíveis até 15 de agosto de 2020.

### 12.4 O saldo devedor de principal em moeda estrangeira apresenta a seguinte composição:

Moeda	30.09.2012			31.12.2011		
	R\$ mil	US\$ mil (*) (Equivalente)	%	R\$ mil	US\$ mil (*) (Equivalente)	%
US\$.....	1.298.383	639.409	100,00	1.297.543	691.728	100,00
	1.298.383	639.409	100,00	1.297.543	691.728	100,00

## Notas Explicativas

### 12.5 O saldo do principal de empréstimos e financiamentos a longo prazo, em 30 de setembro de 2012, tem seus vencimentos assim programados:

	Moeda Estrangeira		Moeda Nacional	Total
	US\$ mil (*) (Equivalente)	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
2013.....	27.737	56.323	13.449	69.772
2014.....	57.636	117.035	17.323	134.358
2015.....	47.255	95.957	1.036.090	1.132.047
2016.....	51.045	103.651	5.165	108.816
De 2017 a 2020.....	167.962	341.065	15.065	356.130
De 2021 a 2024.....	524	1.064	-	1.064
	<b>352.159</b>	<b>715.095</b>	<b>1.087.092</b>	<b>1.802.187</b>

(\*) Convertido para US\$ à taxa de R\$ 2,0306 em 30 de setembro de 2012 (R\$ 1,8758 em 31.12.2011).

### 12.6 As principais moedas e indexadores de empréstimos e financiamentos apresentaram as seguintes variações percentuais:

	No trimestre findo em	
	30.09.2012	30.09.2011
US\$.....	0,46	18,79
IPCA.....	1,42	1,06
TR.....	0,01	0,42
IGP - M.....	3,78	0,97
IGP - DI.....	3,73	1,32

## 13 FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – FIDC

	30.09.2012			31.12.2011	
	Circulante		Não Circulante	Total	Total
	Encargos	Principal	Principal		
- FIDC IV.....	1.779	283.339	767.543	1.052.661	1.194.358
	<b>1.779</b>	<b>283.339</b>	<b>767.543</b>	<b>1.052.661</b>	<b>1.194.358</b>

Vencimentos	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Valor	67.529	257.678	230.119	163.065	49.152	<b>767.543</b>

### 13.1 FIDC IV

Em 18 de junho de 2007 ocorreu o ingresso do FIDC IV, no montante de R\$ 1.250 milhões, sob a coordenação do Banco Bradesco S.A., em conjunto com os bancos Itaú BBA, Votorantim, ABC Brasil e Fator, com prazo de 10 anos, amortização mensal de principal em 111 parcelas, vencimento final em 8 de maio de 2017 e pagamento de juros mensais, indexados pelo CDI + 1,75% a. a. O fundo está vinculado a 138 contratos de venda de energia oriundos de leilão de energia nova no ambiente regulado.

Os recursos das operações destinaram-se à liquidação de obrigações do serviço da dívida da Companhia. A Companhia possui cauções em quotas subordinadas desta operação no montante de R\$ 77.139 (Nota 8).

## Notas Explicativas

Na estruturação do FIDC CESP IV há a previsão que a ocorrência de qualquer dos eventos ali relacionados, será considerado como Evento de Avaliação. O Administrador do Fundo convocará Assembleia Geral que decidirá se tal evento deva ser considerado como Evento de Liquidação. Se esta for a decisão, deverão ser iniciados os procedimentos estabelecidos no Regulamento para a liquidação do Fundo.

### 14 VALORES A PAGAR

Credor	Objeto	30.09.2012			31.12.2011	
		Circulante		Não Circulante	Total	Total
		Encargos	Principal	Principal		
ELETROBRÁS - Energia de ITAIPU, Própria e						
	Transporte de Potência (a) .....	497	39.034	82.357	121.888	136.608
	- Refinanciamento (b) .....	42	5.960	4.001	10.003	13.065
		<b>539</b>	<b>44.994</b>	<b>86.358</b>	<b>131.891</b>	<b>149.673</b>

- (a) Saldo remanescente de contrato de refinanciamento de aquisição de energia, sem a prestação de garantias adicionais por parte da Companhia, celebrado em 14 de julho de 1998, com prazo de 168 meses e atualização pela variação anual do IGP-M, acrescido de juros de 10% a.a., vencíveis mensalmente. O mesmo foi repactuado através de aditivo celebrado em 22 de dezembro de 2004, com carência de 12 meses, para pagamento em 118 parcelas mensais e sucessivas, com vencimento final em 15 de outubro de 2015.
- (b) Refere-se a termo aditivo ao contrato referido no item "a", celebrado em 22 de dezembro de 2004, a título de refinanciamento de parcelas vencidas e não pagas entre agosto de 2003 e julho de 2004, para pagamento em 118 parcelas mensais e sucessivas, nas mesmas condições do contrato original, com vencimento final em 15 de maio de 2014.



## Notas Explicativas

### 15.1 Movimentação de Empréstimos e financiamentos, FIDC e Valores a pagar

	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	FIDC	Valores a Pagar	Total
<b>Saldo inicial em 31.12.2011</b>	<b>1.332.861</b>	<b>1.316.420</b>	<b>1.194.358</b>	<b>149.673</b>	<b>3.993.312</b>
Ingressos.....	3.874	-	-	-	3.874
Juros e Comissões.....	78.815	73.589	16.033	10.339	178.776
Variações Monetárias.....	52.135	-	72.279	8.791	133.205
Variações Cambiais.....	-	97.536	-	-	97.536
Amortização de Principal.....	(186.885)	(100.942)	(230.009)	(28.246)	(546.082)
Amortização de Juros.....	(120.846)	(74.133)	-	(8.666)	(203.645)
<b>Saldo final em 30.09.2012</b>	<b>1.159.954</b>	<b>1.312.470</b>	<b>1.052.661</b>	<b>131.891</b>	<b>3.656.976</b>

	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	FIDC	Valores a Pagar	Total
<b>Saldo inicial em 31.12.2010</b>	<b>1.129.961</b>	<b>1.640.083</b>	<b>1.324.676</b>	<b>173.251</b>	<b>4.267.971</b>
Ingressos	169.793	-	-	-	169.793
Juros e Comissões	77.319	75.670	18.381	11.944	183.314
Variação Monetária	59.187	-	106.304	5.851	171.342
Variação Cambial	-	133.753	-	-	133.753
Amortização de Principal	(34.045)	(387.758)	(219.896)	(20.013)	(661.712)
Amortização de Juros	(99.381)	(85.744)	-	(14.380)	(199.505)
<b>Saldo final em 30.09.2011</b>	<b>1.302.834</b>	<b>1.376.004</b>	<b>1.229.465</b>	<b>156.653</b>	<b>4.064.956</b>

## 16 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	30.09.2012	31.12.2011
<b>Circulante</b>		
COFINS s/ receitas .....	20.296	18.682
PIS s/ receitas .....	4.406	4.056
ICMS s/ fornecimento de energia (substituição tributária).....	463	400
Imposto de renda s/lucro.....	16.299	29.535
Contribuição social s/lucro.....	6.185	12.130
Imposto de renda s/ remessa ao exterior.....	3.609	7.999
Encargos sociais s/ folha de pagamento - empresa.....	4.796	5.850
Impostos e contribuições sociais de prestadores de serviços.....	1.450	1.110
Tributos e contribuições sociais - parcelamentos (a).....	16.415	-
Tributos e contribuições sociais - parcelamentos (b).....	20.484	29.434
	<u>94.403</u>	<u>109.196</u>
<b>Não Circulante</b>		
Tributos e contribuições sociais - parcelamentos (b).....	11.614	25.538
	<u>106.017</u>	<u>134.734</u>

(a) Refere-se a parcelamento ordinário de débitos remanescentes de PIS e COFINS, em 6 (seis) parcelas, referente aos anos-calandários 2000/2001, vinculados a processo administrativo de restituição de saldo negativo de IRPJ e CSLL, homologado parcialmente pela Secretaria da Receita Federal;

(b) Movimentação:

Tributos e contribuições sociais - parcelamentos (b) (CP) 12/2011....	29.434
Tributos e contribuições sociais - parcelamentos (b) (LP) 12/2011.....	<u>25.538</u>
Saldo em 31.12.2011.....	54.972
(+) Atualização/juros.....	2.433
(-) Pagamentos.....	<u>(25.307)</u>
Saldo em 30.09.2012.....	<u>32.098</u>



## Notas Explicativas

### Composição:

	30.09.2012		
	Circulante	Não Circulante	Total
Dívidas Previdenciárias - RFB.....	16.982	11.322	28.304
Dívidas Tributárias - PGFN.....	3.502	292	3.794
	<b>20.484</b>	<b>11.614</b>	<b>32.098</b>

Quando da consolidação, foram efetuadas as opções de prazo disponibilizadas, sendo que a Companhia optou pelos prazos de pagamento em (i) dívidas previdenciárias: 36 parcelas; (ii) dívidas tributárias – PGFN: 29 parcelas e (iii) dívidas tributárias – RFB: 13 parcelas. O primeiro recolhimento foi efetuado em junho/2011, sendo as parcelas mensais atualizadas pela SELIC.

## 17 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A Companhia possui créditos fiscais totais (nominais) no montante de R\$ 2.026.831, sendo: R\$ 1.527.086 de imposto de renda (formado por prejuízos fiscais de R\$ 1.102.084 e diferenças temporariamente não dedutíveis de R\$ 425.002), e de contribuição social de R\$ 499.745 (formado por base negativa de R\$ 346.744 e diferenças temporariamente não dedutíveis de R\$ 153.001).

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado tributável de cada exercício, não estando sujeitos a qualquer prazo de prescrição.

Os saldos registrados até 30 de setembro de 2012, de créditos de prejuízos fiscais – imposto de renda e base negativa de contribuição social diferidos, estão suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração da Companhia e revisadas, para os próximos 10 anos, conforme recomendado pelo Poder Concedente e determinado pela CVM, que demonstram, de forma consistente, a realização dos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças intertemporais.

As projeções adotam como premissas básicas de faturamento a quantidade física de energia (MWh) e preços contratados com distribuidoras através de leilões de energia (realizados de 2004 a 2006), com início de atendimento/faturamento de 2009 a 2016, de 2009 a 2038 e de 2010 a 2039 (Nota 1.2); contratos de compra e venda de energia com pequenas distribuidoras; de fornecimento de energia a consumidores livres com prazos de atendimento/fornecimento até 2021; a manutenção do nível de despesas operacionais e consideram a redução de despesas financeiras, que comprovam a obtenção de lucros tributáveis futuros.

Não foram preparadas projeções para períodos superiores a 10 anos, dada a subjetividade e incerteza atreladas às renovações das concessões.

### Composição dos saldos:

	LÍQUIDO (PASSIVO)	
	30.09.2012	31.12.2011
<b>Imposto de renda</b>		
Prejuízos fiscais registrados (a) .....	620.308	695.375
Prejuízos fiscais (não registrados).....	481.776	481.776
Diferenças intertemporais (não registradas).....	425.002	423.892
Ajuste do imobilizado - custo atribuído (ICPC 10) (b).....	(605.274)	(662.179)
Variações cambiais líquidas s/ empréstimos e financiamentos (b)...	<u>(165.356)</u>	<u>(212.484)</u>
	756.456	726.380
<b>Contribuição social</b>		
Base negativa registrada (a) .....	222.665	250.687
Base negativa (não registrada).....	124.079	124.079
Diferenças intertemporais (não registradas).....	153.001	152.601
Ajuste do imobilizado - custo atribuído (ICPC 10) (b).....	(217.899)	(238.385)
Variações cambiais líquidas s/ empréstimos e financiamentos (b)...	<u>(59.528)</u>	<u>(76.494)</u>
	222.318	212.488
<b>Provisão sobre créditos tributários não registrados.....</b>	<b>(1.183.858)</b>	<b>(1.182.348)</b>
	<b><u>(205.084)</u></b>	<b><u>(243.480)</u></b>

## Notas Explicativas

- (a) Até setembro de 2012, foi realizado o valor de R\$ 103.089, sendo compensado com impostos correntes e apropriado a débito do resultado, o valor de R\$ 75.067, referente a prejuízo fiscal, e R\$ 28.022 de base negativa (nota 27);
- (b) A realização do passivo diferido refere-se principalmente ao Ajuste de avaliação patrimonial no valor de R\$ 77.391 e liquidação de empréstimos no valor de R\$ 64.094.

Desde o exercício de 2003, a Companhia adota o regime de caixa para tributação das variações cambiais auferidas. Como consequência, o imposto de renda e a contribuição social diferidos foram registrados no passivo, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, sobre as diferenças intertemporais tributáveis, representadas pelas referidas variações cambiais ainda não realizadas sobre empréstimos e financiamentos não liquidados (Nota 27).

Os créditos fiscais registrados no total de R\$ 842.973, deverão ser realizados no período de até 10 anos, como demonstrado a seguir:

Exercício	Exercícios							Total
	2012	2013	2014	2015	2016	2017 à 2019	2020 e 2021	
<b>Parcela Estimada de Realização</b>	20.791	146.407	160.877	323.591	35.435	103.947	51.925	842.973

As estimativas de realização dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e provisões temporariamente não dedutíveis (do quadro acima) estão respaldadas nas projeções de lucros fiscais tributáveis da Companhia, que são revisadas periodicamente e aprovadas pelos órgãos da Administração. Essas projeções baseiam-se em premissas e o resultado final realizado pode divergir do projetado.

## 18 ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

	30.09.2012			31.12.2011
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
- Contrato de Benefício Suplementar				
Proporcional Saldado - BSPS:.....	16.077	66.986	83.063	87.602
- Contrato de Dívida - outros.....	20.309	84.621	104.930	110.502
- Ajuste CPC 33/IAS 19.....	(36.386)	(151.607)	(187.993)	(192.557)
	-	-	-	5.547

### 18.1 Planos de Benefícios

A CESP patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela CESP.

A CESP, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits. Adicionalmente aos benefícios do plano, a CESP oferece aos seus empregados outros benefícios como assistência médica e odontológica.

O custeio do plano para o benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados. O custeio da parcela estabelecida como contribuição definida é paritário entre a Companhia e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 2,5%. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por atuário independente.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado/BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram ao novo modelo implementado a partir de 1º de janeiro de 1998, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

## Notas Explicativas

### 18.2 Equacionamento financeiro dos planos de benefícios com a Fundação CESP

Para equacionar e garantir o fluxo de caixa entre a CESP e a Fundação CESP, parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes (BSPS e plano de benefício definido) está representada por instrumentos jurídicos formalizados pela Companhia em 1997, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC) na forma de contratos de mútuos e contrato de ajuste de reservas a amortizar, que possuem cláusula variável, conforme segue:

#### 18.2.1 Contrato de Benefício Suplementar Proporcional Saldado – BSPS: R\$ 83.063

Refere-se a saldo de contrato de ajuste das reservas matemáticas para a cobertura de déficit técnico atuarial existente com a Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, relativo ao “benefício suplementar proporcional saldado”. O contrato original previa amortização em 240 parcelas mensais, desde 31 de dezembro de 1997 e atualização pela variação do IGP-DI, acrescido de juros de 6% a.a. ou o custo atuarial, dos dois, o maior.

Anualmente, ao final de cada exercício, o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ou deduzido do saldo do contrato e as parcelas de amortizações futuras são recalculadas com base no novo saldo do contrato.

#### 18.2.2 Contrato de Dívida – outros: R\$ 104.930

Refere-se a saldo de contrato de confissão de dívida de liquidação de retenção de reservas com início em 31 de dezembro de 1997, que previa amortização em 96 parcelas mensais e atualização pela variação da TR e juros de 8% a.a. Ao final de cada exercício contábil da Fundação, compara-se o resultado obtido com o custo atuarial (IGP-DI + 6% a.a.), prevalecendo aquele que apresentar o maior resultado.

Em 28 de abril de 2004, ambos os contratos foram repactuados entre as partes, com carência de 24 meses para pagamento do principal e amortização em 143 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2006, com vencimento final em 30 de novembro de 2017.

Conforme mencionado acima, esses contratos possuem cláusula variável de reajuste anual de acordo com o custo atuarial, portanto, representam, na essência, garantias para o equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da CESP é registrado de acordo com o CPC 33/IAS 19.

Em 31 de dezembro de 2011, a diferença entre os saldos apresentados desses contratos e o valor do passivo, registrado de acordo com o CPC 33/IAS 19 é decorrente da diferença de metodologias utilizadas entre a CESP e a Fundação CESP para avaliar a situação financeira dos planos de benefícios, e que são ajustadas anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais ao longo do tempo (maturação do plano).

Na essência dos contratos de dívida são consideradas garantias para equacionamento do fluxo de caixa entre a Companhia e a Fundação CESP.

#### 18.2.3 Movimentação

	<u>30.09.2012</u>	<u>30.09.2011</u>
Saldo inicial.....	5.547	-
(Receita) / despesa do período.....	(2.066)	(31.917)
Contribuições pagas.....	(30.306)	(29.886)
(Ganhos) / perdas atuariais.....	26.825	61.803
Saldo final.....	<u>-</u>	<u>-</u>

**Notas Explicativas****19 TAXAS REGULAMENTARES / ENCARGOS DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO**

	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
<b>Circulante</b>		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Quota Mensal	6.827	6.758
- Diferença de Quotas - 2010 <b>(a)</b> .....	1.728	5.184
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos ....	35.043	33.227
Taxa de Fiscalização - ANEEL	1.190	1.097
Quotas para P&D - FNDCT <b>(b)</b> .....	2.116	2.041
Quotas para P&D - EPE <b>(b)</b> .....	1.107	1.069
Encargos de Uso da Rede Elétrica - CUSD/CUST <b>(c)</b> .....	40.600	39.963
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSDg <b>(d)</b> .....	1.079	904
	<u>89.690</u>	<u>90.243</u>
<b>Não Circulante</b>		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Diferença de Quotas - 2011 <b>(e)</b> .....	2.125	2.125
	<u>91.815</u>	<u>92.368</u>

- (a)** Diferença de quota RGR 2010 para pagamento em 12 parcelas, conforme despacho ANEEL nº 504, de 10 de fevereiro de 2012.
- (b)** Referem-se às quotas provisionadas do Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D a serem recolhidas para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e para a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.
- (c)** Refere-se aos encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição – CUST/CUSD, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº 1.021 de 29 de junho de 2010 e nº 1.171, de 28 de junho de 2011, atualizada anualmente.
- (d)** Parcelamento relativo à tarifa de uso do sistema de distribuição/TUSDg, devida no período de julho de 2004 a dezembro de 2007, estabelecido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 497, de 26 de junho de 2007, de acordo com a Resolução Homologatória ANEEL nº 547, de 11 de dezembro de 2007 e complementada pelo Ofício Circular nº 176 – SRT/ANEEL, de 3 de outubro de 2007 e Resolução Homologatória ANEEL nº 600, de 18 de dezembro de 2007.
- (e)** Diferença de quota RGR 2011, cuja forma de pagamento será definida pela ANEEL em fevereiro/2013.

**20 PROVISÃO PARA RISCOS LEGAIS**

A Companhia possui processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária, cível e ambiental. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisões para aquelas que são consideradas prováveis.

Composição:

	<u>31.12.2011</u>	<u>Movimentação</u>			<u>30.09.2012</u>
	<u>Saldo</u>	<u>Provisão / (Reversão)</u>	<u>(-) Pagamentos</u>	<u>Transferência</u>	<u>Saldo</u>
<b>Trabalhistas</b>					
Ações diversas .....	170.970	21.333	(9.023)	-	183.280
<b>Cíveis</b>					
Ações diversas .....	22.109	1.202	(103)	(3.738)	19.470
<b>Tributárias</b>					
Ações diversas .....	27.392	301	(1.772)	-	25.921
<b>Indenizações</b>					
Ações e riscos ambientais.....	385.755	61.552	(2.963)	49.639	493.983
Ações cíveis - Usinas CESP.....	844.695	(71.475)	(4.637)	(45.901)	722.682
<b>Desapropriações</b>					
Ações de desapropriações - Usinas CESP.....	142.029	42.079	(124)	-	183.984
Ações de desapropriações - empresas cindidas.....	226.876	60.526	(4.932)	-	282.470
<b>Soma Indenizações e Desapropriações</b>	<u>1.599.355</u>	<u>92.682</u>	<u>(12.656)</u>	<u>3.738</u>	<u>1.683.119</u>
<b>TOTAL</b>	<u>1.819.826</u>	<u>115.518</u>	<u>(23.554)</u>	<u>-</u>	<u>1.911.790</u>

## Notas Explicativas

	31.12.2010	Movimentação			30.09.2011
	Saldo	Provisão / (Reversão)	(-) Pagamentos	Transferência	Saldo
<b>Trabalhistas</b>					
Ações diversas .....	152.610	15.210	(9.144)	-	158.676
<b>Cíveis</b>					
Ações diversas .....	18.847	3.357	(505)	-	21.699
<b>Tributárias</b>					
Ações diversas .....	27.654	1.238	(1.663)	-	27.229
<b>Indenizações</b>					
Ações e riscos ambientais.....	301.957	113.472	(1.061)	-	414.368
Ações cíveis - Usinas CESP.....	759.434	55.099	(4.186)	-	810.347
<b>Desapropriações e indenizações</b>					
Ações de desapropriações - Usinas CESP.....	124.861	17.759	-	-	142.620
Ações de desapropriações - empresas cindidas.....	203.235	24.173	(7.704)	-	219.704
	<u>1.389.487</u>	<u>210.503</u>	<u>(12.951)</u>	<u>-</u>	<u>1.587.039</u>
<b>TOTAL</b>	<b><u>1.588.598</u></b>	<b><u>230.308</u></b>	<b><u>(24.263)</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>1.794.643</u></b>

Os riscos legais, nas suas diferentes espécies, foram avaliados e classificados segundo a probabilidade de risco econômico-financeiro para a Companhia, como demonstrado a seguir:

Espécie	30.09.2012			
	Expectativa de Perda			
	Provável	Possível	Remota	Total
Ações trabalhistas.....	183.280	131.652	138.392	453.324
Ações cíveis diversas.....	19.470	170.378	5.691	195.539
Ações tributárias.....	25.921	33.428	7.027	66.376
Ações ambientais.....	493.983	655.622	1.089.431	2.239.036
Ações cíveis.....	722.682	1.730.886	1.825.281	4.278.849
Ações de desapropriações - Usinas CESP.....	183.984	384.377	408.452	976.813
Ações de desapropriações - empresas cindidas.....	282.470	400	611	283.481
	<u>1.911.790</u>	<u>3.106.743</u>	<u>3.474.885</u>	<u>8.493.418</u>

Em 30 de setembro de 2012, o valor total pleiteado pelos demandantes nas diversas ações é de R\$ 8.493.418. Nesta mesma data, a provisão total para os riscos administrativos e judiciais com expectativa de perda provável é de R\$ 1.911.790, sendo que a Companhia possui depósitos judiciais em garantia de alguns processos no montante de R\$ 519.942 (R\$ 346.466 em 31 de dezembro de 2011), referente a ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais (Nota 10) e R\$ 72.749 (imobilizado em curso – Nota 11.1).

A Administração da Companhia, embasada em pareceres de seus assessores legais, entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações contábeis ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

As principais ações encontram-se descritas resumidamente a seguir:

### 20.1 Reclamações Trabalhistas

Em 30 de setembro de 2012, as reclamações trabalhistas movidas contra a CESP montavam a R\$ 453.324. A CESP mantém provisões registradas para enfrentar eventuais obrigações no montante de R\$ 183.280 representadas por 621 ações judiciais. A Companhia mantém depósitos judiciais em garantia de alguns processos, da ordem de R\$ 31.043 (R\$ 19.788 em 31.12.2011).

A CESP é ré em 47 processos, cujo risco de perda é avaliado como provável, relacionados à insalubridade/periculosidade, que totalizam R\$ 88.930. O restante dos processos refere-se a diversas ações cuja totalidade é de R\$ 94.350 associados a 574 ações judiciais.

Os processos trabalhistas com expectativa de perda possível totalizam R\$ 131.652 correspondentes a 775 processos, sendo 12 destes relacionados à Lei Estadual nº. 4.819/58 que tratam de ações cujos reclamantes pleiteiam principalmente: (i) transferência da folha de pagamento diretamente para a Fazenda do Estado de São Paulo; (ii) diferença de complementação de aposentadoria; (iii) devolução do desconto de PSAP; (iv) devolução do desconto previdenciário (11%) decorrente da EC nº. 20/98, no montante de R\$ 81.652. O valor remanescente, de R\$ 50.000, corresponde a 763 processos.

## Notas Explicativas

### 20.2 Ações Cíveis Diversas

#### 20.2.1 Portarias do antigo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE

A CESP está envolvida em ações propostas por consumidores industriais objetivando a restituição dos valores pretensamente pagos a maior a título de tarifa de energia elétrica, durante o ano de 1986. Esses valores decorrem da majoração das alíquotas promovidas pelas Portarias Nº 38 e Nº 45, respectivamente de 28 de fevereiro e de 4 de março de 1986, do antigo DNAEE. As ações cujos riscos são avaliados como de perda prováveis e possíveis, em 30 de setembro de 2012, são R\$ 19.470 e R\$ 9.219 respectivamente.

#### 20.2.2 Ação AES – Sul

Trata de ação declaratória com pedido de tutela antecipada movida pela AES Sul em face da ANEEL. Houve liminar autorizando a recontabilização de valores na CCEE em favor da AES Sul. CESP e demais agentes obtiveram liminar afastando recontabilização e liquidação determinadas pelo juízo e passaram a integrar a lide. A CESP já contestou a ação. A AES Sul pleiteia o direito de não optar pelo alívio, o que permite a liquidação na CCEE em seu favor, sendo a parte da CESP de aproximadamente R\$ 161.159, cujo risco de perda é avaliado como possível.

### 20.3 Ações Tributárias

A CESP está envolvida em ações judiciais tributárias no montante estimado de R\$ 66.376, composto por R\$ 25.921 com expectativa de perda considerada provável, referente a 13 processos judiciais e com depósitos em garantia no montante de R\$ 29.978 (R\$ 26.454 em 31.12.2011). Outras 96 ações, classificadas como de perda possível, totalizam R\$ 33.428.

### 20.4 Ações Ambientais

A CESP responde a ações ambientais que têm por objeto, a implantação de escada de peixe, mata ciliar, unidade de conservação, proteção de encostas, reserva legal, lençol freático e indenização por perdas econômicas e danos à ictiofauna.

A estimativa da soma das ações, com risco de perda avaliado como provável e possível, alcança R\$ 1.149.605 conforme abaixo:

	<u>PROVÁVEL</u>	<u>POSSÍVEL</u>	<u>TOTAL</u>
Proteção de encosta.....	157.235	277.215	434.450
Mata ciliar.....	147.478	174.950	322.428
Descumprimento de acordo.....	-	145.507	145.507
Parques.....	159.084	-	159.084
Lençol freático.....	-	26.304	26.304
Outros.....	30.186	31.646	61.832
	<u><b>493.983</b></u>	<u><b>655.622</b></u>	<u><b>1.149.605</b></u>

A Companhia mantém registrado o valor de R\$ 305.715 (R\$ 165.469 em 31.12.2011) em depósitos judiciais referentes a processos ambientais (Nota 10).

### 20.5 Ações Cíveis – Usinas CESP

#### 20.5.1 Ações de Pescadores

Existem ações em curso contra a CESP intentadas por pescadores da região da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), que pleiteiam indenização por perdas e danos decorrentes do enchimento do reservatório da referida usina até o limite de 257 metros acima do nível do mar. O montante total das ações cujo risco de perda é avaliado como provável e possível, em 30 de setembro de 2012, é de R\$ 106.756 e R\$ 356.396 respectivamente, para 263 processos. Considerando a análise do mérito desses pedidos de indenização por parte de seus assessores jurídicos, análise do estágio dos processos e das decisões já proferidas na esfera judicial, que na maioria dos casos têm sido favoráveis à Empresa, as quais indicam que os valores a serem pagos, quando assim decidido judicialmente são substancialmente inferiores aos pretendidos pelos demandantes.

## Notas Explicativas

### 20.5.2 Ações de Oleiros Ceramistas

Trata-se de ações propostas por oleiros ceramistas impactados quando da formação da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta. São 141 ações envolvendo o valor de R\$ 175.988 com avaliação de risco de perda provável e R\$ 329.617 com risco de perda possível em 30 de setembro de 2012. Os pedidos formulados são diversos, destacando-se, entre eles, o pedido de prorrogação do prazo de 8 anos estabelecido nos compromissos firmados entre a CESP e os impactados como tempo para manutenção da atividade de oleiro ceramista.

### 20.5.3 Ações de Inadimplemento Contratual e Outros

Existem 64 ações em curso contra a CESP que pleiteiam indenização por inadimplemento contratual e outros assuntos relacionados às usinas integrantes do seu parque gerador, sendo constituída provisão de R\$ 397.720 e R\$ 42.218 respectivamente. Existem ainda outras 8 ações de inadimplemento contratual consideradas possíveis que totalizam R\$ 958.852 e outros 189 processos no montante de R\$ 86.021.

### 20.6 Ações de Desapropriações – Usina CESP

Estão constituídas provisões no montante de R\$ 183.984 para 114 ações de desapropriações envolvendo a formação dos reservatórios de suas usinas, com risco de perda avaliado como provável pelos assessores jurídicos da CESP. As ações de desapropriações com expectativa de perda possível totalizam R\$ 384.377 referentes a 8 processos judiciais.

### 20.7 Ações Cíveis/Desapropriações – Empresas Cindidas

Diversas ações estão em curso, nas quais se discute o valor da indenização a ser paga pela Companhia, em virtude da desapropriação de imóveis situados nas áreas das usinas, envolvendo obrigações e questões judiciais de empreendimentos das empresas de geração AES Tietê, Duke Energy e a CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (cindidas da CESP), cuja responsabilidade pelo pagamento das ações existentes até 31 de março de 1999 é da CESP.

Em 30 de setembro de 2012, o valor da pretensão dos expropriados correspondente a todas essas ações é de aproximadamente R\$ 283.481. A CESP mantém registrada provisão de R\$ 282.470 para as obrigações referentes às empresas decorrentes dos processos de cisão parcial, com expectativa de perda provável.

## 21 OBRIGAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

### 21.1 Obrigações Socioambientais

	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
<b>Circulante</b>		
Termo de ajustamento de conduta - TAC (a) .....	24.064	24.145
	<u>24.064</u>	<u>24.145</u>
<b>Não Circulante</b>		
Termo de ajustamento de conduta - TAC (a) .....	22.738	41.853
Reflorestamento (b) .....	104.593	104.593
Compromissos ambientais - Licenciamento.....	74.486	74.485
	<u>201.817</u>	<u>220.931</u>
	<u><b>225.881</b></u>	<u><b>245.076</b></u>

(a) Refere-se a Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, parcelado em 60 meses, com pagamento iniciado em setembro de 2009 e término para agosto de 2014.

(b) Refere-se à aquisição de áreas e projetos de reflorestamento no Parque Rio do Peixe, Ivinhema e Porto Primavera.

## Notas Explicativas

A movimentação dos saldos está representada por:

<b>Circulante</b>	<b>31.12.2011</b>	<b>Atualização (Nota 26)</b>	<b>(-) Pagamentos</b>	<b>(+/-) Transferência</b>	<b>30.09.2012</b>
Termo de ajustamento de conduta - TAC .....	24.145	1.658	(20.853)	19.114	24.064
<b>Não Circulante</b>					
Termo de ajustamento de conduta - TAC .....	41.853	-	-	(19.114)	22.739
Reflorestamento .....	104.593	-	-	-	104.593
Compromissos ambientais - Licenciamento.....	74.485	-	-	-	74.485
	<u>220.931</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(19.114)</u>	<u>201.817</u>
	<u><b>245.076</b></u>	<u><b>1.658</b></u>	<u><b>(20.853)</b></u>	<u><b>-</b></u>	<u><b>225.881</b></u>

<b>Circulante</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>Atualização (nota 26)</b>	<b>(-) Pagamentos</b>	<b>(+/-) Transferência</b>	<b>30.09.2011</b>
	24.172	10.563	(26.880)	16.240	24.095
<b>Não Circulante</b>					
Termo de Ajustamento de Conduta (a).....	64.078	-	-	(16.240)	47.838
Reflorestamento (b).....	104.593	-	-	-	104.593
Compromissos ambientais - Licenciamento..	59.821	-	-	-	59.821
	<u>228.492</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(16.240)</u>	<u>212.252</u>
	<u><b>252.664</b></u>	<u><b>10.563</b></u>	<u><b>(26.880)</b></u>	<u><b>-</b></u>	<u><b>236.347</b></u>

### 21.2 Outras Obrigações

	<u><b>30.09.2012</b></u>	<u><b>31.12.2011</b></u>
<b>Circulante</b>		
Antecipação de Recebíveis - Consumidores Livres (a) .....	10.002	19.688
Fundação CESP (b) .....	13.522	13.122
P & D - Projetos (c) .....	105.362	91.349
Parcelamento de Ações de Desapropriações (d) .....	1.645	36.022
Outros.....	4.223	2.495
	<u>134.754</u>	<u>162.676</u>
<b>Não Circulante</b>		
Antecipação de Recebíveis - Consumidores Livres (a) .....	-	5.814
Reserva Global de Reversão - RGR (reversão/amortização).....	15.481	15.481
	<u>15.481</u>	<u>21.295</u>
	<u><b>150.235</b></u>	<u><b>183.971</b></u>

- (a) Saldos de contratos firmados com consumidores livres em 2005 e 2006, os quais vêm sendo amortizados mensalmente com recebíveis de fornecimento de energia.
- (b) Saldo de prestação de contas com a entidade de previdência e inclui principalmente contingência previdenciária com o INSS, com avaliação de risco de perda provável.
- (c) Saldo de projetos de Pesquisa e Desenvolvimento/P&D, atualizados pela SELIC.
- (d) Refere-se a acordo judicial, para parcelamento de processos de desapropriações de usinas de empresas cindidas (Duke Energy), celebrado em 28.05.2010, para pagamento em 24 parcelas com atualização pela variação do IPC-FIPE e acrescido de juros de 0,5% a.m.



## Notas Explicativas

### 22 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Estão substancialmente representadas pelas seguintes operações:

Empresas	Nota	Natureza da operação	Saldo em 30.09.2012				Acumulado em
			Ativo		Passivo		30.09.2012
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Resultado
						Receita/ (despesa)	
SABESP (a) .....		Venda de energia	9.317	-	-	-	85.396
METRÔ (a) .....		Venda de energia	5.002	-	-	-	46.615
CPTM (a) .....		Venda de energia	5.366	-	-	-	31.963
DAEE.....	11	Cessão de créditos	24.607	2.734	-	-	2.612
EMAE (b) .....		Aluguel	-	-	88	-	(793)
Eletrobrás.....	13	Empréstimos	-	-	5.215	31.852	(1.850)
Eletrobrás.....	15	Valores a pagar	-	-	44.994	86.358	(19.130)
Fundação CESP.	18	Entidade de previdência	-	-	-	-	(24.759)
							Acumulado em
							30.09.2011
Empresas	Nota	Natureza da operação	Saldo em 30.09.2011				Resultado
			Ativo		Passivo		
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Receita/ (despesa)
SABESP (a) .....		Venda de energia	8.786	-	-	-	77.652
METRÔ (a) .....		Venda de energia	4.821	-	-	-	43.723
CPTM (a) .....		Venda de energia	3.371	-	-	-	29.460
DAEE.....	11	Cessão de créditos	4.101	-	-	-	1.074
EMAE (b) .....		Aluguel	-	-	-	-	705
Eletrobrás.....	13	Empréstimos	-	-	5.215	37.068	(2.356)
Eletrobrás.....	15	Valores a pagar	-	-	39.542	116.452	(17.795)
Fundação CESP.	18	Entidade de previdência	-	-	-	-	(29.886)

(a) Termos de aditamentos celebrados com as empresas, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ e Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM (controladas pelo Governo do Estado), para fornecimento de energia elétrica, na categoria de consumidores livres, nos termos do mercado livre, determinados pelos agentes reguladores do setor elétrico.

(b) Contrato de locação de imóvel (edificações) de propriedade da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A (empresa do acionista controlador), que a Companhia utiliza para sua sede e seus escritórios administrativos, com o aluguel mensal atualizado de R\$ 88.

A remuneração da Administração da Companhia no terceiro trimestre de 2012 foi de R\$ 469 (R\$ 387 em 2011), estando esse valor relacionado às remunerações fixa e variável no montante de R\$ 379 (R\$ 352 em 2011) e encargos sociais no valor de R\$ 90 (R\$ 73 em 2011).

### 23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em atendimento ao disposto nas práticas de Governança Corporativa, apresentamos a composição acionária da Companhia, bem como dos acionistas detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física.

#### 23.1 Capital Social

O capital social integralizado de R\$ 5.975.433 está dividido em 109.167.558 ações ordinárias, 8.119.548 ações preferenciais classe A e 210.215.567 ações preferenciais classe B. O capital social pode ser aumentado, conforme Estatuto social, até o limite máximo de R\$ 17.926.300, mediante deliberação do Conselho de Administração.

## Notas Explicativas

Os principais acionistas da Companhia, em 30 de setembro de 2012, são os seguintes:

	Quantidades de Ações - Em Unidades							
	Ordinárias		Preferenciais Classe A		Preferenciais Classe B		Total	
		%		%		%		%
<b>Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:</b>								
Fazenda do Estado de São Paulo.....	102.706.383	94,08	-	-	15.135.166	7,19	117.841.549	35,99
Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRÔ.....	1.323.626	1,21	-	-	-	-	1.323.626	0,40
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP.....	6.690	0,01	-	-	-	-	6.690	-
Companhia Paulista de Parcerias - CPP.....	-	-	-	-	13.793.103	6,55	13.793.103	4,21
Outros.....	2.150	-	1	-	5.202	-	7.353	-
	<u>104.038.849</u>	<u>95,30</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>28.933.471</u>	<u>13,74</u>	<u>132.972.321</u>	<u>40,60</u>
<b>Outros</b>								
Credit Suisse Securities (Europe).....	-	-	-	-	13.433.641	6,38	13.433.641	4,10
UBS AG London Branch.....	-	-	-	-	26.301.109	12,49	26.301.109	8,03
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRÁS.....	37.633	0,03	6.664.526	86,52	-	-	6.702.159	2,05
HSBC Bank PLC London.....	-	-	-	-	31.115.840	14,77	31.115.840	9,50
The Bank of New York - ADR Department.....	152.815	0,14	249.547	3,24	-	-	402.362	0,12
Pessoas Físicas.....	2.576.253	2,36	745.467	9,68	6.304.275	2,99	9.625.995	2,94
Outras Pessoas Jurídicas.....	2.355.290	2,16	13.386	0,17	104.544.053	49,63	106.912.729	32,64
Outros.....	6.718	0,01	29.799	0,39	-	-	36.517	0,02
	<u>5.128.709</u>	<u>4,70</u>	<u>7.702.725</u>	<u>100,00</u>	<u>181.698.918</u>	<u>86,26</u>	<u>194.530.352</u>	<u>59,40</u>
	<u>109.167.558</u>	<u>100,00</u>	<u>7.702.726</u>	<u>100,00</u>	<u>210.632.389</u>	<u>100,00</u>	<u>327.502.673</u>	<u>100,00</u>
<b>Capital social integralizado por ações em R\$ Mil por ações em R\$ Mil.....</b>	<b><u>1.991.811</u></b>		<b><u>148.145</u></b>		<b><u>3.835.477</u></b>		<b><u>5.975.433</u></b>	

### 23.2 Direitos das Ações

(a) As ações preferenciais classe A têm as seguintes características:

- A prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio no caso de liquidação da Companhia;
- Dividendo prioritário anual, não cumulativo, de 10% (dez por cento), calculado sobre o valor do capital social integralizado representado por ações preferenciais classe A, a ser rateado igualmente entre estas;
- Direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe B, um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos pelos titulares das ações, em votação em separado;
- Direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe B;
- Não terão direito a voto e serão irresgatáveis; e
- Às ações preferenciais classe A, é conferido o direito previsto no artigo 111, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76.

(b) As ações preferenciais classe B têm as seguintes características:

- Direito ao recebimento de um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago por ação ao acionista controlador alienante na hipótese de alienação do controle da Companhia;
- Direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias da distribuição do dividendo obrigatório atribuído a tais ações nos termos do Estatuto Social;
- Direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe A, um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos em votação em separado;
- Direito de participar dos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe A;
- Não terão direito a voto e não adquirirão esse direito mesmo na hipótese de não pagamento de dividendos; e
- Serão irresgatáveis.

(c) Cada ação ordinária nominativa tem direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

(d) Conforme disposto no artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, os acionistas, observadas as disposições legais e as condições previstas, poderão converter (I) ações preferenciais classe A em ações ordinárias e em ações preferenciais classe B e (II) ações ordinárias em ações preferenciais classe A e em ações preferenciais classe B, em ambos os casos, desde que integralizadas. As ações preferenciais classe B da Companhia são inconversíveis.

## Notas Explicativas

### 23.3 Reservas de Capital

	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
<b>Remuneração das Imobilizações em Curso - Capital Próprio .....</b>	<u>1.929.098</u>	<u>1.929.098</u>

Saldo remanescente de créditos resultantes da capitalização da remuneração sobre recursos próprios utilizados durante a construção do ativo imobilizado, calculada até 31 de dezembro de 1998, aplicada às obras em andamento.

### 23.4 Ajuste de Avaliação Patrimonial

De acordo com o ICPC 10, em 01/01/2009 o efeito do aumento do ativo imobilizado pela adoção do custo atribuído (Nota 12.4), líquido do imposto de renda e da contribuição social diferida, foi registrado no patrimônio líquido, na conta de "Ajuste de avaliação patrimonial". A realização é contabilizada na conta "Lucros acumulados" na medida em que a depreciação e baixa do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

	<b>Imobilizado</b>	<b>Impostos diferidos</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
	<b>R\$</b>	<b>Passivo R\$</b>	<b>R\$</b>
<b>Saldo inicial em 31.12.2011....</b>	<b>2.648.717</b>	<b>(900.564)</b>	<b>1.748.153</b>
Realização no período.....	(227.620)	77.391	(150.229)
<b>Saldo final em 30.09.2012.....</b>	<b><u>2.421.097</u></b>	<b><u>(823.173)</u></b>	<b><u>1.597.924</u></b>

### 23.5 Reservas de Lucros

	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
Reserva legal.....	48.217	48.217
Reserva de lucros a realizar (*) .....	<u>417.226</u>	<u>417.226</u>
	<b><u>465.443</u></b>	<b><u>465.443</u></b>

(\*) Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2010, foi aprovada a proposta de constituição da Reserva de lucros a realizar.

O Lucro líquido do exercício de 2009, de R\$ 763 milhões, foi fortemente influenciado pelo resultado financeiro positivo de receitas de variações cambiais no montante de R\$ 665 milhões. Deste lucro, a parcela de R\$ 580 milhões referia-se a variações cambiais não realizadas financeiramente, devido à existência de passivos de longo prazo. O reconhecimento dessa receita não implicou em ingresso de caixa e constituiu-se em resultado não realizado. A realização ocorrerá somente por ocasião do pagamento das parcelas de principal dos empréstimos e financiamentos a cada exercício (Nota 13.5).

A Reserva de lucros a realizar foi constituída com base no Parecer de Orientação CVM nº 13/1987 e a Circular CVM/SNC/SEP nº 1/2006, e Inciso II, do artigo 197 da Lei nº 6.404/76, referente às parcelas de variações cambiais a se realizarem até 2019.

Esta reserva, se não absorvida por prejuízos, será realizada de acordo com o cronograma abaixo, pelo valor das parcelas em cada ano de realização, as quais integrarão a base de dividendos das propostas de destinação de resultados aos acionistas, nos respectivos exercícios sociais, em conformidade com o inciso III, do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Composição das parcelas ainda a realizar:

Exercícios	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
<b>Parcelas a Realizar</b>	46.126	170.216	33.404	27.955	31.097	34.593	38.482	35.353	<b>417.226</b>

## Notas Explicativas

### 24 RECEITA

#### 24.1 Contratos de Compra e Venda de Energia

Conforme Decreto nº 5.163, de 31 de dezembro de 2004, e condições estabelecidas pela Resolução Normativa nº 206, de 22 de dezembro de 2005, as concessionárias de distribuição, com mercado inferior a 500 GWh/ano puderam optar pela continuidade da aquisição de energia elétrica do atual agente supridor, para atendimento total ou parcial de seu mercado, através dos Contratos de Compra e Venda de Energia – CCEs, além dos contratos de conexão e de uso.

Neste segmento, a CESP possui contratos com quatro distribuidoras, contendo cláusula de atualização de preços com base na variação do IPCA, que será aplicada nas datas de reajustes das distribuidoras com a ANEEL, conforme segue:

Concessionárias	Mês do Reajuste	Tarifas de Energia (*)		(% de Reajuste)
		2011	2012	
Jaguari	Fevereiro	96,05	102,05	6,25
CSPE	Fevereiro	96,32	102,31	6,22
LESTE PAULISTA ( ex - CPEE)	Fevereiro	95,44	101,37	6,21
Mococa	Fevereiro	123,38	131,05	6,22

(\*) Tarifas homologadas com vigência a partir de 3 de fevereiro de cada ano.

#### 24.2 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR's e Atualização de Preços

A CESP mantém contratos com 36 distribuidoras para o suprimento de energia, em decorrência dos leilões realizados (Nota 1.2). Esses contratos tem cláusula de atualização de preços com base na variação do IPCA, aplicada nas datas de reajustes das distribuidoras com a ANEEL, conforme segue:

Reajustes em 2012		Produtos				Produto	Produto	Produto	Produto	(% de Reajuste no ano)
Concessionárias	Mês do Reajuste	2005 a 2012	2006 a 2013	2007 a 2014	2008 a 2015	2009 a 2016	2009 a 2038	2010 a 2039		
Santa Cruz e Celb	Fevereiro	88,60	97,55	110,86	116,03	127,28	166,15	156,60	6,22	
Ampla	Março	89,00	97,99	111,36	116,56	-	166,90	157,30	5,85	
Enersul, Cemat, CPFL, Cemig, AES Sul, Coelba, Cosern, Coelce,	Abril	89,19	98,20	111,60	116,80	128,12	167,25	157,63	5,24	
Nacional, Caiuá, Vale Paranapanema e Bragantina	Maió	89,76	98,82	112,31	117,55	-	168,32	158,64	5,10	
Cataguazes e Copel	Junho	90,08	99,18	112,71	117,97	-	-	159,21	4,99	
Celtins e Eletropaulo	Julho	90,16	99,26	112,80	118,06	129,51	169,06	159,34	4,92	
Celesc, Celpa, Escelsa-D, Ceb, Elektro, Ceal, Cepisa, Cemar e Saelpa	Agosto	90,54	99,69	113,29	118,57	130,07	169,79	160,03	5,20	
Celg	Setembro	90,91	100,09	113,75	119,06	130,60	170,49	160,68	5,24	

## Notas Explicativas

Reajustes em 2011		Produtos			Produto	Produto	Produto	Produto	2010 a 2039	(%) de Reajuste no ano
Concessionárias	Mês do Reajuste	2005 a 2012	2006 a 2013	2007 a 2014	2008 a 2015	2009 a 2016	2009 a 2038			
Santa Cruz e Celb	Fevereiro	83,42	91,84	104,37	109,24	119,83	156,43	147,43	5,99	
Ampla	Março	84,08	92,57	105,21	110,21	-	157,68	148,61	6,01	
Enersul, Cemmat, CPFL, Cemig, AES Sul, Coelba, Cosern, Coelce, Energipe e Celpe	Abril	84,75	93,31	106,04	110,98	121,74	158,92	149,79	6,30	
Nacional, Caiuá, Vale Paranapanema e Bragantina	Maiο	85,40	94,02	106,86	111,84	-	160,15	150,94	6,51	
Cataguazes e Copel	Junho	85,80	94,47	107,36	112,36	-	-	151,66	6,55	
Celtins e Eletropaulo	Julho	85,93	94,61	107,52	112,53	123,44	161,14	151,88	6,71	
Celesc, Celpa, Escelsa- D, Ceb, Elektro, Ceal, Cepisa, Cemar e Saelpa	Agosto	86,07	94,76	107,69	112,71	123,64	161,40	152,68	6,87	
Celg	Setembro	86,39	95,11	108,09	113,13	124,10	162,00	152,68	7,23	

### 24.3 Energia Vendida

Nos quadros a seguir é apresentada a energia vendida no trimestre e acumulada no ano, bem como um resumo da energia vendida no trimestre por classe de consumo e por ambiente de comercialização:

#### Energia Vendida no 3º Trimestre

	MWh (*)		R\$ Mil	
	2012	2011	2012	2011
<b>Fornecimento (1)</b>				
Industrial.....	1.721.345	1.377.582	178.484	138.649
Comercial.....	-	5.529	-	681
Serviço Público.....	474.174	477.393	54.726	51.255
	<u>2.195.519</u>	<u>1.860.504</u>	<u>233.210</u>	<u>190.585</u>
<b>Suprimento</b>				
<b>Contratos</b>				
Agentes Comercializadores (2).....	956.249	1.207.023	106.333	94.642
Contratos de Compra de Energia - CCEs (3).....	170.322	196.208	18.622	20.192
	<u>1.126.571</u>	<u>1.403.231</u>	<u>124.955</u>	<u>114.834</u>
<b>Leilões de Energia (4)</b>				
Produto 1 CCEAR 2005-2012	1.368.490	1.435.442	121.511	120.602
Produto 2 CCEAR 2006-2013	2.003.726	2.123.738	195.859	196.378
Produto 3 CCEAR 2007-2014	37.531	39.055	4.143	4.066
Produto 4 CCEAR 2008-2015	294.789	318.026	34.254	34.928
Produto 5 CCEAR 2009-2016	180.471	205.891	23.014	24.809
Produto 6 CCENV 2009-2038	176.991	176.058	29.452	27.718
Produto 7 CCENV 2010-2039	324.248	321.954	50.906	47.835
MCSD (Produtos 1, 2, 3, 4 e 5).....	705.988	581.471	69.939	54.576
	<u>5.092.234</u>	<u>5.201.635</u>	<u>529.078</u>	<u>510.912</u>
	<u>6.218.805</u>	<u>6.604.866</u>	<u>654.033</u>	<u>625.746</u>
<b>Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (5)</b>				
Energia de Curto Prazo - PLD.....	402.983	414.735	41.661	14.396
Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.....	1.485.685	844.169	13.770	9.051
	<u>1.888.668</u>	<u>1.258.904</u>	<u>55.431</u>	<u>23.447</u>
<b>Total.....</b>	<u>10.302.992</u>	<u>9.724.274</u>	<u>942.674</u>	<u>839.778</u>

## Notas Explicativas

Energia Vendida Acumulado em 9 meses	MWh (*)		R\$ Mil	
	2012	2011	2012	2011
<b>Fornecimento (1)</b>				
Industrial.....	4.959.902	4.057.196	516.827	407.286
Comercial.....	-	17.468	-	2.151
Serviço Público.....	1.423.506	1.405.490	163.975	150.836
	<u>6.383.408</u>	<u>5.480.154</u>	<u>680.802</u>	<u>560.273</u>
<b>Suprimento</b>				
<b>Contratos</b>				
Agentes Comercializadores ..... (2)	2.405.756	3.022.438	252.729	253.467
Contratos de Compra de Energia - CCEs..... (3)	496.032	539.775	54.026	55.233
	<u>2.901.788</u>	<u>3.562.213</u>	<u>306.755</u>	<u>308.700</u>
<b>Leilões de Energia (4)</b>				
Produto 1 CCEAR 2005-2012	4.113.038	4.330.935	358.446	355.257
Produto 2 CCEAR 2006-2013	6.093.007	6.447.696	585.063	583.022
Produto 3 CCEAR 2007-2014	112.088	117.622	12.205	12.030
Produto 4 CCEAR 2008-2015	900.451	967.883	102.795	103.964
Produto 5 CCEAR 2009-2016	571.244	642.655	71.432	75.564
Produto 6 CCENV 2009-2038	534.229	531.145	87.322	81.761
Produto 7 CCENV 2010-2039	964.614	959.599	148.670	139.285
MCSD (Produtos 1, 2, 3, 4 e 5).....	2.009.858	1.618.495	195.741	149.045
	<u>15.298.529</u>	<u>15.616.030</u>	<u>1.561.674</u>	<u>1.499.928</u>
	<u>18.200.317</u>	<u>19.178.243</u>	<u>1.868.429</u>	<u>1.808.628</u>
<b>Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (5)</b>				
Energia de Curto Prazo - PLD.....	3.241.735	3.201.645	297.742	81.535
Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.....	3.537.541	1.795.028	33.147	17.564
	<u>6.779.276</u>	<u>4.996.673</u>	<u>330.889</u>	<u>99.099</u>
<b>Total.....</b>	<u>31.363.001</u>	<u>29.655.070</u>	<u>2.880.120</u>	<u>2.468.000</u>

(1) Refere-se a vendas de energia a consumidores livres, no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

(2) Refere-se ao suprimento de energia as comercializadoras de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

(3) Contratos de compra e venda de energia, conforme (Nota 24.1).

(4) Refere-se ao suprimento de energia as concessionárias de distribuição de energia elétrica, através de Leilões de Energia no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e Mecanismo de Compensação de Sobras – MCSD.

(5) Inclui os valores de faturamento de energia disponível (PLD e MRE) comercializados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Resumo por Classe Consumo	Trimestres findos em					
	MWh (*)		R\$ Mil		R\$/MWh (Médio)	
	30.09.2012	30.09.2011	30.09.2012	30.09.2011	30.09.2012	30.09.2011
<b>Fornecimento</b>						
Industrial.....	1.721.345	1.377.582	178.484	138.649	103,69	100,65
Comercial.....	-	5.529	-	681	-	123,17
Serviço Público.....	474.174	477.393	54.726	51.255	115,41	107,36
	<u>2.195.519</u>	<u>1.860.504</u>	<u>233.210</u>	<u>190.585</u>	<u>106,22</u>	<u>102,44</u>
<b>Suprimento</b>						
Leilões de Energia.....	5.092.234	5.201.635	529.078	510.912	103,90	98,22
Agentes Comercializadores.....	956.249	1.207.023	106.333	94.642	111,20	78,41
Contrato com Pequenas Distribuidoras.....	170.322	196.208	18.622	20.192	109,33	102,91
	<u>6.218.805</u>	<u>6.604.866</u>	<u>654.033</u>	<u>625.746</u>	<u>105,17</u>	<u>94,74</u>
<b>Câmara de Comercialização E. Elétrica - CCEE</b>						
Energia de Curto Prazo - PLD.....	402.983	414.735	41.661	14.396	103,38	34,71
Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.....	1.485.685	844.169	13.770	9.051	9,27	10,72
	<u>1.888.668</u>	<u>1.258.904</u>	<u>55.431</u>	<u>23.447</u>	<u>29,35</u>	<u>18,62</u>
<b>Total.....</b>	<u>10.302.992</u>	<u>9.724.274</u>	<u>942.674</u>	<u>839.778</u>	<u>91,50</u>	<u>86,36</u>

## Notas Explicativas

<b>Acumulado em 9 meses</b>						
<b>Resumo por Classe Consumo</b>	<b>MWh (*)</b>		<b>R\$ Mil</b>		<b>R\$/MWh (Médio)</b>	
	<b>30.09.2012</b>	<b>30.09.2011</b>	<b>30.09.2012</b>	<b>30.09.2011</b>	<b>30.09.2012</b>	<b>30.09.2011</b>
<b>Fornecimento</b>						
Industrial.....	4.959.902	4.057.196	516.827	407.286	104,20	100,39
Comercial.....	-	17.468	-	2.151	-	123,14
Serviço Público.....	1.423.506	1.405.490	163.975	150.836	115,19	107,32
	<b>6.383.408</b>	<b>5.480.154</b>	<b>680.802</b>	<b>560.273</b>	<b>106,65</b>	<b>102,24</b>
<b>Suprimento</b>						
Leilões de Energia.....	15.298.529	15.616.030	1.561.674	1.499.928	102,08	96,05
Agentes Comercializadores.....	2.405.756	3.022.438	252.729	253.467	105,05	83,86
Contrato com Pequenas Distribuidoras.....	496.032	539.775	54.026	55.233	108,92	102,33
	<b>18.200.317</b>	<b>19.178.243</b>	<b>1.868.429</b>	<b>1.808.628</b>	<b>102,66</b>	<b>94,31</b>
<b>Câmara de Comercialização E. Elétrica - CCEE</b>						
Energia de Curto Prazo - PLD.....	3.241.735	3.201.645	297.742	81.535	91,85	25,47
Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.....	3.537.541	1.795.028	33.147	17.564	9,37	9,78
	<b>6.779.276</b>	<b>4.996.673</b>	<b>330.889</b>	<b>99.099</b>	<b>48,81</b>	<b>19,83</b>
<b>Total.....</b>	<b>31.363.001</b>	<b>29.655.070</b>	<b>2.880.120</b>	<b>2.468.000</b>	<b>91,83</b>	<b>83,22</b>

  

<b>Trimestres findos em</b>						
<b>Resumo por Ambiente de Comercialização</b>	<b>MWh (*)</b>		<b>R\$ Mil</b>		<b>R\$/MWh (Médio)</b>	
	<b>30.09.2012</b>	<b>30.09.2011</b>	<b>30.09.2012</b>	<b>30.09.2011</b>	<b>30.09.2012</b>	<b>30.09.2011</b>
<b>Mercado Livre</b>						
Consumidores Livres .....	2.195.519	1.860.504	233.210	190.585	106,22	102,44
Agentes Comercializadores .....	956.249	1.207.023	106.333	94.642	111,20	78,41
	<b>3.151.768</b>	<b>3.067.527</b>	<b>339.543</b>	<b>285.227</b>	<b>107,73</b>	<b>92,98</b>
<b>Mercado Regulado</b>						
Leilões de Energia + Pequenas Distribuidoras....	5.262.556	5.397.843	547.700	531.104	104,07	98,39
Câmara de Comercialização E. Elétrica - CCEE....	1.888.668	1.258.904	55.431	23.447	29,35	18,62
	<b>7.151.224</b>	<b>6.656.747</b>	<b>603.131</b>	<b>554.551</b>	<b>84,34</b>	<b>83,31</b>
<b>Total.....</b>	<b>10.302.992</b>	<b>9.724.274</b>	<b>942.674</b>	<b>839.778</b>	<b>91,50</b>	<b>86,36</b>

  

<b>Acumulado em 9 meses</b>						
<b>Resumo por Ambiente de Comercialização</b>	<b>MWh (*)</b>		<b>R\$ Mil</b>		<b>R\$/MWh (Médio)</b>	
	<b>30.09.2012</b>	<b>30.09.2011</b>	<b>30.09.2012</b>	<b>30.09.2011</b>	<b>30.09.2012</b>	<b>30.09.2011</b>
<b>Mercado Livre</b>						
Consumidores Livres .....	6.383.408	5.480.154	680.802	560.273	106,65	102,24
Agentes Comercializadores .....	2.405.756	3.022.438	252.729	253.467	105,05	83,86
	<b>8.789.164</b>	<b>8.502.592</b>	<b>933.531</b>	<b>813.740</b>	<b>106,21</b>	<b>95,70</b>
<b>Mercado Regulado</b>						
Leilões de Energia + Pequenas Distribuidoras.....	15.794.561	16.155.805	1.615.700	1.555.161	102,29	96,26
Câmara de Comercialização E. Elétrica - CCEE.....	6.779.276	4.996.673	330.889	99.099	48,81	19,83
	<b>22.573.837</b>	<b>21.152.478</b>	<b>1.946.589</b>	<b>1.654.260</b>	<b>86,23</b>	<b>78,21</b>
<b>Total.....</b>	<b>31.363.001</b>	<b>29.655.070</b>	<b>2.880.120</b>	<b>2.468.000</b>	<b>91,83</b>	<b>83,22</b>

(\*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

## Notas Explicativas

### 24.4 Receita Operacional Líquida

Em atendimento às exigências do CPC 30 (Receita), segue conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado.

	<b>Trimestres Findos em</b>	
	<b>30.09.2012</b>	<b>30.09.2011</b>
<b>RECETA OPERACIONAL</b>		
<b>Receitas c/ Energia</b>		
Fornecimento de energia.....	233.210	190.585
Suprimento de energia - Contratos.....	124.955	114.834
Suprimento de energia de leilões.....	529.078	510.912
Energia de curto prazo .....	55.431	23.447
	<u>942.674</u>	<u>839.778</u>
Outras receitas.....	742	749
	<u>943.416</u>	<u>840.527</u>
<b>DEDUÇÕES À RECETA OPERACIONAL</b>		
Quota para a reserva global de reversão - RGR.....	(20.481)	(21.567)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D.....	(8.281)	(7.348)
Imposto s/ serviços - ISS.....	(21)	(22)
COFINS s/ receitas operacionais.....	(68.718)	(62.623)
PIS s/ receitas operacionais.....	(14.919)	(13.665)
	<u>(112.420)</u>	<u>(105.225)</u>
<b>RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b><u>830.996</u></b>	<b><u>735.302</u></b>

	<b>Acumulado em</b>	
	<b>30.09.2012</b>	<b>30.09.2011</b>
<b>RECETAS OPERACIONAIS</b>		
<b>Receitas c/ Energia</b>		
Fornecimento de energia .....	680.802	560.273
Suprimento de energia - Contratos.....	306.755	308.700
Suprimento de energia de leilões.....	1.561.674	1.499.928
Energia de curto prazo .....	330.889	99.099
	<u>2.880.120</u>	<u>2.468.000</u>
Outras receitas.....	2.612	2.923
	<u>2.882.732</u>	<u>2.470.923</u>
<b>DEDUÇÕES À RECETA OPERACIONAL</b>		
Quota para a reserva global de reversão - RGR.....	(61.409)	(64.270)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D.....	(25.420)	(21.865)
Imposto s/ serviços - ISS.....	(70)	(86)
COFINS s/ receitas operacionais.....	(202.951)	(183.142)
PIS s/ receitas operacionais.....	(44.058)	(39.760)
	<u>(333.908)</u>	<u>(309.123)</u>
<b>RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b><u>2.548.824</u></b>	<b><u>2.161.800</u></b>



## Notas Explicativas

### 25 CUSTOS E DESPESAS

#### 25.1 Encargos de Uso do Sistema de Transmissão

	Trimestres findos em		Períodos Findos em	
	30.09.2012	30.09.2011	30.09.2012	30.09.2011
<b>Uso da Rede Elétrica (*)</b>				
Conexão - CTEEP .....	39	36	113	104
Rede Básica.....	94.159	89.172	277.987	248.413
<b>Total.....</b>	<b>94.198</b>	<b>89.208</b>	<b>278.100</b>	<b>248.517</b>

(\*) Encargos de conexão e rede básica decorrentes do uso do sistema de transmissão: valores fixados pelas Resoluções Homologatórias ANEEL nº. 1021, de 29 de junho de 2010 e nº. 1171, de 28 de junho de 2011.

#### 25.2 Outras (Despesas) Receitas Líquidas

	Trimestres findos em		Períodos findos em	
	30.09.2012	30.09.2011	30.09.2012	30.09.2011
Depreciação de bens não vinculados.....	(329)	(930)	(1.169)	(2.811)
Indenizações - ações cíveis usinas CESP.....	5.047	-	(830)	-
Indenizações - empresas cindidas (a).....	(198)	(1.051)	(216)	(4.463)
Provisões p/desvalorização FNAM/FINOR.....	-	-	(3.172)	-
Reversão (Provisões) ações cíveis / desapropriações - cindidas (a).....	(14.680)	(7.288)	(60.526)	(24.173)
Reversão (Provisões) ações cíveis usinas CESP.....	79.206	13.939	71.475	(55.099)
Provisões ações e riscos ambientais.....	(47.669)	(75.096)	(61.552)	(113.472)
	16.857	(68.445)	(50.603)	(192.744)
Custos retardatários (proteção de encostas de reservatórios) (b).....	(1.228)	(4.375)	(3.824)	(28.510)
Despesas com convênios .....	(2.544)	(2.523)	(6.571)	(10.971)
Ganho/(perda) na alienação de bens e direitos.....	(7.652)	1.340	(10.908)	2.787
Parcelamento ordinário PIS/COFINS (Nota 16a).....	(30.532)	-	(30.532)	-
Ganho na consolidação dívidas REFIS (Lei 11.941/09 - Nota 16b).....	-	-	-	19.956
Outras (despesas) receitas líquidas.....	(506)	(381)	(1.787)	(612)
	(21.085)	(76.365)	(109.612)	(217.368)

- (a) Pelo protocolo de Cisão Parcial da CESP, as obrigações referentes a ações de desapropriações e cíveis anteriores a 31 de março de 1999, das Usinas incorporadas pelas empresas cindidas, são de responsabilidade da Companhia (Nota 20.7)
- (b) Os custos retardatários excedentes ao valor recuperável dos ativos integrantes da Usina de Porto Primavera, a partir do exercício de 2009 deixaram de ser capitalizados e passaram a ser registrados diretamente no resultado (Nota 11.1).

**Notas Explicativas****26 RESULTADO FINANCEIRO**

<b>Resultado Financeiro do 3º Trimestre</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Receita</b>		
Rendimentos de aplicações financeiras.....	9.260	14.385
Atualização de quotas subordinadas - FIDC IV (Nota 8).....	1.196	244
Atualização de créditos/recebíveis - DAEE (Nota 11).....	768	278
Atualização de valores a receber - energia livre (Nota 7).....	-	546
Outras.....	33	149
	<u>11.257</u>	<u>15.602</u>
<b>Despesa</b>		
Encargos de dívidas		
Moeda estrangeira.....	(25.887)	(13.101)
Moeda nacional.....	(31.623)	(33.477)
	<u>(57.510)</u>	<u>(46.578)</u>
Outras		
Encargos e atualização s/ tributos e contribuições sociais / outros.....	(556)	(1.345)
Juros e atualização do contrato ELETROBRÁS (Nota 15).....	(8.055)	(5.542)
Atualização de cessão de créditos recebíveis de energia.....	(11.376)	(9.524)
Atualização de encargos de uso da rede elétrica - parcelamento.....	-	(1.120)
Imposto de renda s/remessa ao exterior (*) .....	(5.619)	(4.924)
Imposto s/ operações financeiras.....	(33)	(22)
Atualização TAC (nota 21.1).....	(323)	(3.081)
Despesas c/ operações financeiras - FIDC.....	(302)	(344)
Atualização P&D - projetos.....	(1.197)	(1.509)
Desconto contrato de clientes.....	(5.298)	(4.365)
Outros encargos.....	380	(3.033)
	<u>(32.379)</u>	<u>(34.809)</u>
<b>Soma das Despesas</b>	<u>(89.889)</u>	<u>(81.387)</u>
	<u>(78.632)</u>	<u>(65.785)</u>
<b>Variações Monetárias e Cambiais Líquidas</b>		
Moeda nacional.....	(45.608)	(49.575)
Moeda estrangeira.....	(617)	(216.878)
	<u>(46.225)</u>	<u>(266.453)</u>
<b>Resultado Financeiro.....</b>	<u>(124.857)</u>	<u>(332.238)</u>

**Notas Explicativas**

<b>Resultado Financeiro Acumulado em 9 meses</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Receita</b>		
Rendimentos de aplicações financeiras.....	26.447	26.538
Atualização de quotas subordinadas - FIDC IV (Nota 8).....	4.453	3.091
Atualização de créditos/recebíveis - DAEE (Nota 11).....	2.612	1.074
Atualização de valores a receber - energia livre (Nota 7).....	687	3.954
Outras.....	2.007	979
	<u>36.206</u>	<u>35.636</u>
<b>Despesa</b>		
Encargos de dívidas		
Moeda estrangeira.....	(73.589)	(73.087)
Moeda nacional.....	(94.848)	(99.257)
	<u>(168.437)</u>	<u>(172.344)</u>
Outras		
Encargos e atualização s/ tributos e contribuições sociais / outros.....	(2.433)	(1.430)
Juros e atualização do contrato ELETROBRÁS (Nota 15).....	(19.130)	(17.795)
Atualização de cessão de créditos recebíveis de energia.....	(31.638)	(28.043)
Atualização de encargos de uso da rede elétrica - parcelamento.....	-	(2.454)
Imposto de renda s/remessa ao exterior (*) .....	(16.835)	(12.835)
Imposto s/ operações financeiras.....	(454)	(22)
Atualização TAC (nota 21.1).....	(1.658)	(10.563)
Despesas c/ operações financeiras - FIDC.....	(927)	(1.033)
Atualização P&D - projetos.....	(3.845)	(3.986)
Desconto contrato de clientes.....	(17.642)	(20.213)
Outros encargos.....	(7.869)	(7.685)
	<u>(102.431)</u>	<u>(106.059)</u>
<b>Soma das Despesas</b>	<u>(270.868)</u>	<u>(278.403)</u>
	<u>(234.662)</u>	<u>(242.767)</u>
<b>Variações Monetárias e Cambiais Líquidas</b>		
Moeda nacional.....	(124.414)	(163.996)
Moeda estrangeira.....	(97.536)	(136.656)
	<u>(221.950)</u>	<u>(300.652)</u>
<b>Resultado Financeiro.....</b>	<u>(456.612)</u>	<u>(543.419)</u>

(\*) O valor referente a Imposto de renda sobre remessa ao exterior foi segregado da rubrica Encargos de dívidas – Moeda estrangeira.

## Notas Explicativas

### 27 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – RESULTADO

A Companhia apura mensalmente o Imposto de Renda e a Contribuição Social, com base em balancete de suspensão ou redução, em que são consideradas as adições/exclusões (temporárias ou permanentes) previstas na legislação, bem como as variações cambiais líquidas (positivas/negativas) sobre empréstimos e financiamentos, face à opção pelo regime de caixa para tributação dessas variações.

#### Conciliação da despesa tributária com a alíquota nominal

O quadro a seguir é uma conciliação da despesa tributária apresentada e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária total de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social) sobre o lucro fiscal tributável.

	3º Trimestre de 2012		Acumulado até 30.09.2012	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>Lucro antes do Imposto de renda (IRPJ) e da Contribuição social (CSLL).....</b>	<b>224.329</b>	<b>224.329</b>	<b>644.311</b>	<b>644.311</b>
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente.....	(56.076)	(20.190)	(161.060)	(57.988)
Ajustes para a alíquota vigente:				
(a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes				
Dividendos recebidos.....	-	-	14	5
Juros s/ o capital próprio.....	-	-	28.750	10.350
Outros.....	3.026	(221)	8.576	(1.107)
(b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e Prejuízos Fiscais não constituídos	(954)	(343)	(20.043)	(7.215)
<b>Despesa total.....</b>	<b>(54.004)</b>	<b>(20.754)</b>	<b>(143.763)</b>	<b>(55.955)</b>
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social composta por:</b>				
Corrente.....	(52.754)	(19.971)	(172.729)	(65.385)
Diferido ativo (Nota 17).....	(22.851)	(8.559)	(75.067)	(28.022)
Diferido passivo (Nota 17).....	21.601	7.776	104.033	37.452
	(1.250)	(783)	28.966	9.430
<b>Total no resultado.....</b>	<b>(54.004)</b>	<b>(20.754)</b>	<b>(143.763)</b>	<b>(55.955)</b>
Alíquota Efetiva	24,1%	9,3%	22,3%	8,7%

	3º Trimestre de 2011		Acumulado até 30.09.2011	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>(116.820)</b>	<b>(116.820)</b>	<b>99.386</b>	<b>99.386</b>
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	29.211	10.514	(24.828)	(8.944)
Ajustes para a alíquota vigente:				
(a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes				
Dividendos recebidos.....	-	-	20	7
Juros s/ o capital próprio.....	-	-	18.750	6.750
Outros.....	3.212	(159)	10.410	(385)
(b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e Prejuízos Fiscais não constituídos	(18.032)	(6.491)	(48.658)	(17.517)
<b>Despesa total.....</b>	<b>14.391</b>	<b>3.864</b>	<b>(44.306)</b>	<b>(20.089)</b>
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social composta por:</b>				
Corrente.....	(42.156)	(16.157)	(124.744)	(48.038)
Diferido ativo (Nota 17).....	(18.301)	(6.925)	(54.387)	(20.588)
Diferido passivo (Nota 17).....	74.848	26.946	134.825	48.537
	56.547	20.021	80.438	27.949
<b>Total no resultado.....</b>	<b>14.391</b>	<b>3.864</b>	<b>(44.306)</b>	<b>(20.089)</b>
Alíquota Efetiva	12,3%	3,3%	44,6%	20,2%

## Notas Explicativas

### 28 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa: a composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5. As transações que não envolvem caixa são:

<u>Descrição</u>	<u>30.09.2012</u>	<u>30.09.2011</u>
Itens que não afetaram o caixa:		
Juros sobre o capital próprio (a pagar).....	40.000	50.000
	<u>40.000</u>	<u>50.000</u>

### 29 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

O negócio da Companhia compreende principalmente a geração de energia para venda a grandes consumidores (mercado livre) e empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). Em 30.09.2012, os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros aproximavam-se dos valores contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	<u>30.09.2012</u>	<u>31.12.2011</u>
<b><u>Ativos Financeiros</u></b>		
Empréstimos e recebíveis		
Consumidores e revendedores (Nota 6).....	369.195	352.948
Energia livre / CCEE (Nota 6).....	47.494	47.263
	<u>416.689</u>	<u>400.211</u>
Valor justo por meio do resultado		
Depósitos vinculados (Nota 10).....	14.394	-
Quotas Subordinadas - FIDC (Nota 10).....	77.139	75.820
	<u>91.533</u>	<u>75.820</u>
	<u>508.222</u>	<u>476.031</u>
<b><u>Passivos Financeiros</u></b>		
Avaliados ao Custo amortizado		
Empréstimos e Financiamentos (Nota 12).....	2.472.424	2.649.281
FIDC (Nota 13).....	1.052.661	1.194.358
Valores a pagar (Nota 14).....	131.891	149.673
	<u>3.656.976</u>	<u>3.993.312</u>

#### 29.1 Índice de Endividamento (Liquidez)

<b>Índice de Endividamento</b>	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Empréstimos + Financ. + FIDC + Valores a pagar.....	3.656.976	3.993.312
Caixa e equivalente de Caixa (Nota 5).....	(390.737)	(435.112)
Dívida Líquida.....	<u>3.266.239</u>	<u>3.558.200</u>
Patrimônio Líquido.....	10.447.720	10.118.127
<b>Índice de Endividamento Líquido</b>	<u>31,3%</u>	<u>35,2%</u>

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondente ao período remanescente no Balanço Patrimonial até a data contratual do vencimento:

	<u>1 ano</u>	<u>2 anos</u>	<u>5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>	<u>Total</u>
<b>Em 30 de setembro de 2012</b>					
Empréstimos e Financiamentos.....	246.572	489.819	1.459.621	276.412	2.472.424
FIDC.....	285.118	263.517	504.026	-	1.052.661
Valores a Pagar.....	45.533	41.452	44.906	-	131.891
	<u>577.223</u>	<u>794.788</u>	<u>2.008.553</u>	<u>276.412</u>	<u>3.656.976</u>
<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>					
Empréstimos e Financiamentos.....	425.906	612.366	1.321.311	289.698	2.649.281
FIDC.....	282.771	263.427	602.649	45.511	1.194.358
Valores a Pagar.....	41.043	38.340	70.290	-	149.673
	<u>749.720</u>	<u>914.133</u>	<u>1.994.250</u>	<u>335.209</u>	<u>3.993.312</u>

## Notas Explicativas

### 29.2 Risco de Taxa de Câmbio

O endividamento e o resultado das operações da Companhia são afetados significativamente pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano). Em 30 de setembro de 2012, o saldo total da conta de empréstimos e financiamentos, incluindo encargos incorridos até a data, montava a R\$ 1.312.470 (R\$ 1.316.420, em 31.12.2011) referentes a captações em moeda estrangeira, exclusivamente dólar norte-americano.

Em milhares de Reais

Passivos	Saldo Contábil	
	30.09.2012	31.12.2011
Empréstimos e Financiamentos		
Dólar Americano - US\$ (Nota 12)	1.312.470	1.316.420
<b>Total</b>	<b>1.312.470</b>	<b>1.316.420</b>

#### Análise de sensibilidade do Risco de Taxa de Câmbio

A CESP considera que o risco de estar passiva em moeda estrangeira é a elevação da cotação do dólar-norte americano (PTAX) na data do vencimento de cada parcela dos contratos de empréstimos e financiamentos captados em moeda estrangeira, que impactam as despesas financeiras do exercício.

Em atendimento ao disposto na instrução CVM nº 475/08, e conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7, para determinação dos efeitos da variação desfavorável nas taxas de câmbio, a Companhia adotou os cenários de variações negativas mínimas definidas pela referida instrução e equivalentes a 25% e 50% sobre as respectivas taxas de câmbio utilizadas na determinação dos cenários provável, possível e remoto.

Moedas	Previsão	Apreciação da Taxa em	
		25%	50%
Dólar Americano: US\$/R\$	2,00	2,50	3,00

O resultado desta análise reflete o somatório nominal do acréscimo em reais na saída de caixa no curto prazo (outubro/2012 a setembro/2013), com base no serviço da dívida a pagar, incluindo a apropriação de juros até a data de cada vencimento, deduzindo o montante contabilizado no curto prazo da atual demonstração contábil, conforme a tabela abaixo:

Em milhares de Reais

Passivos Financeiros	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Vinculados às moedas:				
Empréstimos e Financiamentos em US\$	Apreciação do US\$	(12.005)	156.182	324.370

A Companhia, em decorrência da variação cambial projetada, teria um decréscimo na saída de caixa no período de outubro/2012 a setembro/2013 de R\$ 12.005 no cenário provável, e nos cenários possível e remoto, um acréscimo de R\$ 156.182 e R\$ 324.370, respectivamente.

Com base na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 30/09/2012, a Companhia, adotando cenários de variações, estimou que os efeitos em 30/09/2013 seriam próximos aos indicados nas colunas cenários projetados no quadro a seguir:

Passivos	Saldo em 30.09.2012	Projeção para 30.09.2013		
		Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Empréstimos e Financiamentos				
Dólar Americano - US\$	1.312.470	1.289.460	1.611.825	1.934.190

### 29.3 Risco de Taxa de Juros / Inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar

## Notas Explicativas

a necessidade de substituição da modalidade de suas dívidas. Em 30 de setembro de 2012, a Companhia possui R\$ 3.053.263, captados a taxas variáveis de juros e/ou indexados à taxas de inflação, e R\$ 603.713 captados a taxas fixas:

Em milhares de Reais

Passivos	Saldo Contábil	
	30.09.2012	31.12.2011
<b>Vinculados às taxas:</b>		
<b>Moeda Nacional</b>	<b>2.344.506</b>	<b>2.676.892</b>
CDI	1.052.661	1.361.334
IGP-M	147.464	170.853
IPC-A	1.025.306	999.237
TJLP	81.996	104.476
TAXA FIXA	37.079	40.992
<b>Moeda Estrangeira</b>	<b>1.312.470</b>	<b>1.316.420</b>
UMBNDDES	744.228	726.529
LIBOR	1.608	30.841
TAXA FIXA	566.634	559.050
<b>Total</b>	<b>3.656.976</b>	<b>3.993.312</b>

### Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e inflação

A CESP considera que o risco de estar passiva em contratos que, além de taxa fixa e "spread", tenham custos com indexadores variáveis (atualizados com taxas de juros pós-fixadas ou taxas de inflação), é a elevação destes índices e consequente aumento das despesas financeiras relativa ao passivo, captado em moeda nacional e estrangeira.

A Companhia agrupou o passivo por indexador contratado e elaborou análise de sensibilidade, em consonância com a Instrução CVM nº 475/08 e conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7, utilizando neste passivo o cenário divulgado no relatório Focus (BACEN) de 06/07/2012. No passivo em moeda estrangeira foi considerada a conversão para reais com a mesma paridade de fechamento do presente demonstrativo, para refletir apenas as alterações de cenários de taxas de juros.

Taxa % a.a.

CDI	Previsão	Apreciação da Taxa em	
		25%	50%
CDI	7,74	9,68	11,61
IGP-M	6,01	7,51	9,01
IPC-A	5,42	6,78	8,13
TJLP	5,5	6,88	8,25
UMBNDDES	3,56	4,45	5,35
LIBOR	0,67	0,84	1,01

O resultado desta análise reflete o somatório nominal do acréscimo em reais da saída de caixa, com base no total do serviço da dívida a pagar no curto prazo (outubro/2012 a setembro/2013), incluindo a apropriação de juros até a data de cada vencimento, e deduzindo o montante contabilizado na data da atual apuração destas demonstrações contábeis, conforme a tabela abaixo:

Em milhares de Reais

Passivos Financeiros	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Vinculados às taxas:				
Moeda Nacional	Variação do CDI	(818)	1.768	4.326
	Variação do IGP-M	1.098	1.373	1.647
	Variação do IPC-A	(98)	655	1.414
	Variação da TJLP	-	186	474
Moeda Estrangeira	Variação da UMBNDDES	-	6.258	12.516
	Variação da LIBOR	-	5	10
<b>Total</b>		<b>182</b>	<b>10.245</b>	<b>20.387</b>

A Companhia, em decorrência da variação dos índices projetados, teria uma redução na saída de caixa de R\$ 182 no cenário provável, e um acréscimo na saída de caixa de R\$ 10.245 no cenário possível e R\$ 20.387 no cenário remoto, comparativamente ao fluxo contabilizado no curto prazo.

Com base na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 30/09/2012, a Companhia adotando cenários de variações, estimou que os efeitos em 30/09/2013 seriam próximos aos indicados nas colunas cenários projetados no quadro a seguir:

## Notas Explicativas

Impacto Sobre Saldo Devedor			30.09.2013		
Passivos Financeiros	Risco	Saldo em 30.09.2012	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
<b>Moeda Nacional</b>					
CDI	Variação do CDI	1.052.661	837.565	853.777	869.989
IGP-M	Variação do IGP-M	147.464	100.116	101.620	103.123
IPC-A	Variação do IPC-A	1.025.306	1.127.286	1.142.568	1.157.850
TJLP	Variação da TJLP	81.996	43.852	44.455	45.058
TAXA FIXA	Sem Risco	37.079	31.861	31.861	31.861
<b>Moeda Estrangeira</b>					
UMBNDDES	Variação da UMBNDDES	744.228	648.299	654.074	659.850
LIBOR	Variação da LIBOR	1.608	1.780	1.783	1.786
TAXA FIXA	Sem Risco	566.634	17.922	17.922	17.922
<b>Total</b>		<b>3.656.976</b>	<b>2.808.681</b>	<b>2.848.060</b>	<b>2.887.439</b>

### 29.4 Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento – o concentrado número de seus clientes, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento – o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento.

### 29.5 Instrumentos Financeiros Derivativos

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 550/2008, de 17 de outubro de 2008, a Companhia informa o que segue:

#### (a) Política financeira adotada pela Companhia

A Companhia não adota a política de utilizar de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia tem uma dívida aproximada de R\$ 3,7 bilhões em 30 de setembro de 2012, grande parte reestruturada com instituições financeiras nacionais e internacionais nos últimos anos. Nesse processo de reestruturação, a principal estratégia utilizada pela Companhia para o monitoramento de riscos futuros foi a de substituir grande parte da dívida em moeda estrangeira para dívida em moeda nacional, com o objetivo de reduzir sua exposição cambial ocorrida no passado.

#### (b) Controles internos e operacionais sobre contratação de operações financeiras

Com o objetivo de gerenciar os riscos associados a cada estratégia e a cada negociação com instituições financeiras, as operações financeiras de qualquer natureza são aprovadas pela Diretoria, podendo ser levadas ao Conselho de Administração, nas condições estabelecidas no estatuto social da Companhia.

#### (c) Operações de derivativos

A Companhia não contratou nenhuma operação de derivativos até 30 de setembro de 2012.

### 29.6 Valorização dos Instrumentos Financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 30 de setembro de 2012 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

#### (a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos não difere dos valores demonstrados no balanço patrimonial da Companhia.

#### (b) Valores a Receber

Energia Livre e Energia de Curto Prazo: esses créditos decorrem basicamente de energia livre durante o período de racionamento e transações realizadas no âmbito da atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e foram registrados e valorizados com base nas informações disponibilizadas, baseados nos preços vigentes durante o ano na CCEE. Não houve



## Notas Explicativas

transações relacionadas com estes créditos ou débitos que pudessem afetar sua classificação e valorização na data destas demonstrações.

### (c) Investimentos

Estão registrados ao custo de aquisição, sendo constituída provisão para sua redução a valor de mercado, quando requerido ou aplicável. O valor de mercado dos demais investimentos se aproxima de seus valores contábeis.

### (d) Empréstimos, Financiamentos e FIDC

A Companhia possui ativos e passivos mensurados ao valor justo através do resultado, além disso, possui outros passivos financeiros não mensurados ao valor amortizável, os quais podem ser comparados aos valores de captação de mercado.

Nas operações específicas do setor elétrico, financeiras subsidiadas e de renegociação, sem similar no mercado e com pouca liquidez, a Companhia assumiu que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil, em função das incertezas existentes presentes nas variáveis que deveriam ser consideradas na criação de um modelo de precificação.

A estimativa do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi elaborada através de modelo de precificação, aplicado individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base informações obtidas com diversas instituições financeiras. O valor de mercado de um título, portanto, corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais, como segue:

Passivos	30.09.2012		31.12.2011	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
<b>Moeda Estrangeira</b>				
Medium Term Notes	(450.041)	(478.544)	(426.991)	(456.342)
<b>Moeda Nacional</b>				
Medium Term Notes	(1.025.306)	(1.091.331)	(999.237)	(1.040.182)
FIDC	(1.052.661)	(1.057.510)	(1.194.358)	(1.192.897)
<b>Total</b>	<b>(2.528.008)</b>	<b>(2.627.385)</b>	<b>(2.620.586)</b>	<b>(2.689.421)</b>

## 30 SEGUROS

A Companhia possui contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidade, conforme demonstrado a seguir:

Tipo	Seguradora	Cobertura	Em milhares de Reais	
			Vencido	Valor Segurado
D&O - Seguro de Administradores	Zurich Minas Brasil Seguros S/A	Responsabilidade civil - D&O	03/2013	2.000
Vida	Tóquio Marine	Indenização p/ morte ou invalidez permanente de empregados	10/2012	2.600
Aeronáutico	Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A	Casco/ Responsabilidade Civil	12/2012	20.000
Riscos Patrimoniais	ACE Seguradora S/A	Máquinas e Equipamentos do Sistema de Geração das Usinas	08/2013	2.500.000

## 31 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As informações trimestrais da Companhia foram aprovadas pela Diretoria e Conselho de Administração em 8 de novembro de 2012.

## Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Em atendimento ao disposto nas práticas de Governança Corporativa, apresentamos a composição acionária da Companhia, bem como dos acionistas detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física.

### 1. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA CESP

Os principais acionistas da Companhia em 30 de setembro de 2012 são os seguintes:

	Quantidades de Ações - Em Unidades (a)							
	Ordinárias		Preferenciais		Preferenciais		Total	
		%	Classe A	%	Classe B	%		%
<b>Governo do Estado de São Paulo</b>								
<b>e Companhias Ligadas:</b>								
Fazenda do Estado								
de São Paulo.....	102.706.383	94,08	-	-	15.135.166	7,19	117.841.549	35,99
Companhia do Metropolitan de								
São Paulo - METRÔ.....	1.323.626	1,21	-	-	-	-	1.323.626	0,40
Companhia de Saneamento Básico								
do Estado de São Paulo - SABESP.....	6.690	0,01	-	-	-	-	6.690	-
Companhia Paulista de Parcerias - CPP.....	-	-	-	-	13.793.103	6,55	13.793.103	4,21
Outros.....	2.150	-	1	-	5.202	0,00	7.353	-
	<u>104.038.849</u>	<u>95,30</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>28.933.471</u>	<u>13,74</u>	<u>132.972.321</u>	<u>40,60</u>
<b>Outros</b>								
Centrais Elétricas Brasileiras S/A -								
ELETROBRÁS (capital aberto) (a).....	37.633	0,03	6.664.526	86,52	-	-	6.702.159	2,05
HSBC Bank PLC London (*).....	-	-	-	-	31.115.840	14,77	31.115.840	9,50
USB AG LONDON BRANCH.....	-	-	-	-	26.301.109	12,49	26.301.109	8,03
CREDIT SUISSE SECURITIES (EUROPE).....	-	-	-	-	13.433.641	6,38	13.433.641	4,10
The Bank of New York - ADR Department .....	152.815	0,14	249.547	3,24	-	-	402.362	0,12
Pessoas Físicas.....	2.576.253	2,36	745.467	9,68	6.304.275	2,99	9.625.995	2,94
Outras Pessoas Jurídicas.....	2.355.290	2,16	13.386	0,17	104.544.053	49,63	106.912.729	32,64
Outros.....	6.718	0,01	29.799	0,39	-	-	36.517	0,02
	<u>5.128.709</u>	<u>4,70</u>	<u>7.702.725</u>	<u>100,00</u>	<u>181.698.918</u>	<u>86,26</u>	<u>194.530.352</u>	<u>59,40</u>
	<u><b>109.167.558</b></u>	<u><b>100,00</b></u>	<u><b>7.702.726</b></u>	<u><b>100,00</b></u>	<u><b>210.632.389</b></u>	<u><b>100,00</b></u>	<u><b>327.502.673</b></u>	<u><b>100,00</b></u>
<b>Capital social integralizado por ações em R\$ Mil.....</b>	<u>1.991.811</u>		<u>140.540</u>		<u>3.843.082</u>		<u>5.975.433</u>	

a) Inclui acionistas que individualmente são detentores de quantidade de ações em percentual inferior a 5% do capital votante.

(\*)O acionista não disponibilizou a informação sobre a composição do capital social.

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes****1.1. Posição Acionária dos Detentores de mais de 5% das Ações de cada Espécie e Classe, até o Nível de Pessoa Física**

Companhia Paulista de Parcerias - CPP		Posição em 30.09.2012					
Acionistas	Quantidades de Ações - Em Unidades						
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%	
Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.....	-	-	13.793.103	-	13.793.103	100,00	
	-	-	13.793.103	-	13.793.103	100,00	

Centrais Elétricas Brasileiras S.A.		Posição em 30.09.2012					
Acionistas	Quantidades de Ações - Em Unidades						
	Ordinárias	%	Preferenciais		%	Total	%
			Classe A	Classe B			
União.....	552.968.382	50,87	-	2.252	0,00	552.970.634	40,89
BNDESPAR.....	180.757.951	16,63	-	18.691.102	7,04	199.449.053	14,75
BNDES.....	76.338.832	7,02	-	18.262.671	6,88	94.601.503	6,99
FND.....	45.621.589	4,20	-	-	-	45.621.589	3,37
FGHAB.....	1.000.000	0,09	-	-	-	1.000.000	0,07
Outros.....	230.363.543	21,19	146.920	228.480.858	86,08	458.991.321	33,93
	<u>1.087.050.297</u>	<u>100,00</u>	<u>146.920</u>	<u>265.436.883</u>	<u>100,00</u>	<u>1.352.634.100</u>	<u>100,00</u>

Informações não revisadas pelos auditores independentes

**Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes****1.2. Posição dos Controladores, Administradores e Ações em Circulação em 30 de setembro de 2012 e 2011**

	Quantidades de Ações Em Unidades - 30.09.2012							
	Ordinárias	%	Preferenciais Classe A	%	Preferenciais Classe B	%	Total	%
Controlador e Grupo de Controle.....	104.038.786	95,30	-	-	28.928.269	13,73	132.967.055	40,60
Administradores:								
Conselho de Administração.....	3	0,00	1	0,00	102	0,00	106	0,00
Diretoria.....	60	0,00	-	-	5.100	0,00	5.160	0,00
Conselho Fiscal.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Acionistas.....	5.228.709	4,70	7.702.725	100,00	181.698.918	86,27	194.530.352	59,40
	<u>109.167.558</u>	<u>100,00</u>	<u>7.702.726</u>	<u>100,00</u>	<u>210.632.389</u>	<u>100,00</u>	<u>327.502.673</u>	<u>100,00</u>
<b>Ações em Circulação.....</b>	<b>5.228.709</b>	<b>4,70</b>	<b>7.702.725</b>	<b>100,00</b>	<b>181.698.918</b>	<b>86,27</b>	<b>194.530.352</b>	<b>59,40</b>

	Quantidades de Ações Em Unidades - 30.09.2011							
	Ordinárias	%	Preferenciais Classe A	%	Preferenciais Classe B	%	Total	%
Controlador e Grupo de Controle.....	104.038.786	95,30	-	-	28.928.269	13,50	132.967.055	40,10
Administradores:								
Conselho de Administração.....	3	0,00	2	0,00	103	0,00	108	0,00
Diretoria.....	60	0,00	-	-	5.100	0,00	5.160	0,00
Conselho Fiscal.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Acionistas.....	5.228.709	4,70	8.119.546	100,00	185.364.004	86,50	198.612.259	59,90
	<u>109.167.558</u>	<u>100,00</u>	<u>8.119.548</u>	<u>100,00</u>	<u>214.297.476</u>	<u>100,00</u>	<u>331.584.582</u>	<u>100,00</u>
<b>Ações em Circulação.....</b>	<b>5.228.709</b>	<b>4,70</b>	<b>8.119.546</b>	<b>100,00</b>	<b>185.364.004</b>	<b>86,50</b>	<b>198.612.259</b>	<b>59,90</b>

Informações não revisadas pelos auditores independentes

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Negativa de Opinião

Aos Administradores e Acionistas da  
CESP - Companhia Energética de São Paulo  
São Paulo – SP

### Introdução

Fomos contratados para revisar as informações contábeis intermediárias da CESP - Companhia Energética de São Paulo ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e as das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração da Companhia sobre as Informações Contábeis Intermediárias

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

### Base para abstenção de conclusão

No dia 11 de setembro de 2012, foi promulgada a Medida Provisória 579 (MP 579) que regulamenta a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, outorgadas antes da publicação da Lei nº 8.987, de 1995, e alcançadas pela lei 9.074 de 1995. Em 14 de setembro de 2012 foi publicado o Decreto 7.805 que regulamenta a MP 579. De acordo com a MP 579/12, as empresas que possuem contratos de concessões de geração, transmissão e distribuição de energia, vincendas entre 2015 e 2017, têm a opção de prorrogar os prazos de concessão, a critério do poder concedente e uma única vez pelo prazo de até 30 anos, desde que aceitem ter o vencimento antecipado de seus atuais contratos para dezembro de 2012. A referida prorrogação está vinculada à aceitação de determinadas condições estabelecidas pelo poder concedente, tais como: i) receita fixada conforme critérios estabelecidos pela ANEEL; ii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela ANEEL; e, iii) concordância com os valores estabelecidos como indenização dos ativos vinculados à concessão. Em 11 de outubro de 2012, a Companhia manifestou sua intenção preliminar favorável quanto à aceitação da prorrogação dos prazos de concessão relativos às Usinas Hidrelétricas de Três Irmãos, Ilha Solteira e Engenheiro Souza Dias (Jupiá), cujos vencimentos são 18 de Novembro de 2011, 7 de julho de 2015 e 7 de julho de 2015, respectivamente. Em 1º de novembro de 2012, através das Portarias Interministeriais 578 e 580, o Ministério de Minas e Energia, informou os valores das novas tarifas, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2013, no montante de R\$ 28,62518 por kW ano para o complexo de Ilha Solteira (Usinas de Ilha Solteira e Três Irmãos) e de R\$ 40,25851 por kW ano para a Usina Engenheiro Souza Dias (Jupiá) e o valor da indenização dos ativos de R\$1.007.578 mil. Em 30 de setembro de 2012, a Companhia possuía saldo de ativo imobilizado para essas Usinas de R\$ 7.134.900 mil. A administração da Companhia está analisando as condições estabelecidas para a prorrogação do prazo de concessão, bem como, os potenciais efeitos econômico-financeiros e os efeitos tributários sobre os valores da indenização e das tarifas, e ainda, realizando diversos estudos e projeções internos, a fim de concluir sobre a sua ratificação ou não para a prorrogação do prazo de concessão, cuja resposta final é devida até o dia 4 de dezembro de 2012, e para reconhecer os respectivos efeitos contábeis, e as divulgações necessárias. Em decorrência da incerteza relevante na realização de parte significativa dos ativos e passivos vinculados aos contratos acima citados e os que possam depender do resultado das operações futuras, bem como, da limitação de informações disponíveis, dos estudos e da definição por parte da administração da Companhia quanto à tomada de decisão sobre a assinatura do termo aditivo para a prorrogação do contrato de concessão, e ainda, sobre a ausência de divulgações relativas a este assunto, não nos foi possível concluir sobre a realização dos respectivos ativos, passivos e demais impactos contábeis vinculados à aceitação ou não dos termos estabelecidos pelo Ministério de Minas e Energia e ANEEL para renovação do prazo de concessão das Usinas retrocitadas.

### Abstenção de conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Devido à relevância do assunto descrito no parágrafo Base para abstenção de conclusão, não nos foi possível aplicar procedimentos de revisão suficientes para tomarmos conhecimento de que as informações contábeis intermediárias incluídas nas Informações Trimestrais - ITR acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

### Outros assuntos

#### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

A revisão das informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011 e a auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram conduzidas por outros auditores independentes que emitiram relatório de revisão em 8 de novembro de 2011 e relatório de auditoria em 22 de março de 2012, respectivamente, sem modificações.

São Paulo, 08 de novembro de 2012.  
ERNST & YOUNG TERCO  
Auditores Independentes S.S.  
CRC 2SP-015.199/O-6

Henrique Silva Premoli                      Ana Andréa Iten de Alcantara  
Contador CRC-1SP250.993/O-6    Contador CRC-1SC 025678/O-3T-PR S-SP